Memorial da luta pela Reserva Extrativista do Ituxi em Lábrea-AM

Registro da mobilização social, organização comunitária e conquista da cidadania na Amazônia

Esta publicação representa um esforço de reflexão e de registro histórico de uma experiência social riquíssima e vivida intensamente no interior da Amazônia brasileira: a mobilização de comunidades ribeirinhas em favor da criação da Reserva Extrativista do Rio Ituxi, no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Existem inúmeras maneira de se narrar e registrar experiências importantes e que iluminam nossa compreensão sobre os desafios da organização social e política de populações menos favorecidas.
A opção aqui foi de dar voz aos próprios protagonistas e facilitar a livre expressão de suas visões de mundo. Nesse sentido, a publicação se distancia de textos técnicos ou de narrativas de cunho mais acadêmico.

O objetivo é mostrar ao leitor o que levou um grupo de lideranças comunitárias do interior da Amazônia a se reunir numa associação, demandar do governo federal a criação de uma reserva extrativista e ir até o presidente da República para defender a sua proposta. Mais do que isso, o texto registra o balanço que o grupo faz da sua trajetória, identificando

Organização
Josinaldo Aleixo (IEB)

Colaboração
Marcelo Horta Messias Franco (IEB)

Coordenação editorial
Alessandra Arantes (IEB)

Revisão de textos
Vinicius de Andrade Mansur
(Consultor Independente)

Projeto gráfico e ilustrações
Ribamar Fonseca (Supernova Design)

Revisão ortográfica
Laeticia Jensen Eble

Editoração Eletrônica
Supernova Design

Impressão
Athalaia Gráfica

Foto da capa:
Acervo IEB

Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
Memorial da luta pela reserva extrativista do Ituxi em Lábrea : registro da mobilização social, organização comunitária e conquista da cidadania na Amazônia / organização Josinaldo Aleixo.- [Brasília] : Instituto Internacional de Educação do Brasil ; [Lábrea] : Associação APADRIT, 2011.
82 p. : il.

Inclui bibliografia.

1. Mobilização Social. 2. Participação Social. 3. Cidadania. 4. Proteção Ambiental. 5. Reserva Extrativista do Rio Ituxi (AM). 6. Lábrea – Amazonas – Brasil. I. Aleixo, Josinaldo. II. Título.

CDD 361.809813

Esta publicação foi produzida graças ao apoio do povo americano por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade de seus autores e não necessariamente reflete as opiniões da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

Memorial da luta pela Reserva Extrativista do Ituxi em Lábrea-AM

Registro da mobilização social, organização comunitária e conquista da cidadania na Amazônia

Organização
Josinaldo Aleixo

Autoria Coletiva
Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT)

Realização

IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

ASSOCIAÇÃO APADRIT
Preservar para viver

Junho de 2011

© Alessandra Arantes

Sumário

6 **APRESENTAÇÃO**

12 **CAMINHOS E DESCAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO DE LÁBREA – CONTEXTO HISTÓRICO**

15 Os poderosos

22 **ISOLADOS SOMOS ILHA, JUNTOS SOMOS CONTINENTE – A FORÇA DA ORGANIZAÇÃO**

25 O pastor Antônio

29 A fundação da APADRIT

34 A reação dos poderosos

36 **"AÍ TIVEMOS A IDEIA: VAMOS FAZER UMA RESEX"**

39 Formalizando a luta

44 De novo: nós avançamos, eles reagem

48 A audiência pública

52 Das armadilhas e lentidão dos governos até a vitória!

62 E ainda os poderosos...

64 **CONTABILIZANDO AS VITÓRIAS, APONTANDO NOVOS DESAFIOS**

64 Lições para nós mesmos

69 Lições aos poderosos

71 Lições aos governos

74 **LINHA DO TEMPO**

76 **LISTA DE ENTREVISTADOS**

77 **LISTA DE SIGLAS**

78 **REFERÊNCIAS**

Apresentação

O que leva um grupo de lideranças comunitárias do interior da Amazônia a se reunir numa associação, demandar do Governo Federal a criação de uma reserva extrativista e ir até o presidente da República para defender sua proposta? Podem existir inúmeras respostas para essa pergunta dependendo de quem a responde. A opção, neste documento, foi registrar a visão dos próprios protagonistas sobre um processo vivido ao longo de quase dez anos: a mobilização de comunidades ribeirinhas em favor da criação da Reserva Extrativista do Rio Ituxi, no estado do Amazonas.

A publicação é recebida como uma contribuição ímpar para todos(as) aqueles(as) que trabalham no apoio à organização social das populações da Amazônia como um requisito indispensável para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

O ambiente de trabalho das organizações sociais, ONGs, agências de governos, equipes técnicas de projetos de desenvolvimento e conservação ambiental é saturado de recomendações e ferramentas técnico-administrativas voltadas para o fortalecimento institucional e organizacional das populações locais da Amazônia. Estas se expressam em eventos como cursos de capacitação, oficinas, reuniões, entre outros, que procuram levar informações e conhecimentos aos povos da região e, assim, promover seu desenvolvimento social, político e econômico. Parte-se da premissa que a organização

social pode ser obtida simplesmente pelo treinamento de pessoas e pelo fornecimento de informações e conhecimentos prontos. Outra premissa é de que os profissionais engajados nas capacitações sabem o que é e como fazer a organização social na Amazônia.

A direção dessa comunicação é, quase sempre, "de fora para dentro", muitas vezes passando ao largo de processos e dinâmicas sociais que ocorrem "de dentro para fora", ou seja, dos grupos para as esferas públicas.

Uma mensagem que podemos decantar desse documento é: muito pouco ou quase nada sabemos sobre organização social na Amazônia, e uma maneira de aprender alguma coisa sobre isso é olhando para os desafios, dificuldades, dilemas e motivações de quem está trilhando esse caminho por sua própria conta e risco.

Foi com esse espírito que propusemos ao grupo da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT) que registrasse por escrito seu processo de mobilização social e política. A reflexão coletiva seria uma forma de aprendizado, e o registro dessa reflexão, uma maneira de comunicar a experiência vivida e dar a conhecer as lições apreendidas ao longo da caminhada. Feito de dentro para fora, esse esforço de sistematização visa consolidar a inserção política do grupo no contexto do município de Lábrea e da Amazônia brasileira. É ele próprio um fator de fortalecimento institucional.

Como esperado, o resultado final, aqui publicado, evidencia as limitações das abordagens correntes voltadas para a capacitação e o apoio à organização social dos povos da Amazônia. Quase sempre realizados no âmbito de projetos concebidos externamente, por meio de ações pontuais e de curto prazo, muitos desses esforços sofrem de miopia em relação aos processos e dilemas vividos pelos grupos sociais e ao longo caminho que eles precisarão trilhar a fim de superar sua marginalização social, política e econômica.

A Amazônia não é para principiantes e soluções fáceis não estão disponíveis. O trabalho de organização social é lento, demanda uma gama enorme de esforços que vão da alfabetização básica à implementação de políticas públicas, passando pela criação de organizações formais capazes de dar voz a uma coletividade e de defender seus interesses num ambiente político muitas vezes inóspito.

Os relatos aqui registrados dão conta de dimensões intangíveis da vivência e do trabalho social. A palavra luta é usada com desenvoltura e reflete o ambiente de violência latente que recai sobre aqueles que ousam colocar a cabeça para fora da sua condição subalterna. Essa hostilidade, tão arraigada nas sociedades da Amazônia, intimida, constrange e, muitas vezes, impede os processos autônomos de organização social.

Uma aura mística recobre a narrativa. Uma liderança tem sua vida marcada por um sonho revelador e pela visão de um anjo que lhe diz o que deve ser feito. A Bíblia, no livro do Êxodo, indica a forma de organização a ser adotada. Na igreja, nas reuniões e nos trabalhos comunitários, uma consciência social vai se formando e tomando corpo.

As pessoas, antes dispersas e isoladas, passam a se apresentar como um grupo e fazem ecoar sua voz em cartas e petições que chegam a Manaus e Brasília, fazendo girar a lenta e burocrática máquina do Estado. Na comunicação com o mundo exterior, uma rede de apoio e de parcerias vai se construindo, envolvendo outras organizações de base, ONGs e agências estatais.

As atividades e eventos de capacitação, tais como cursos, oficinas e treinamentos promovidos por instituições externas, chegaram em boa hora. Contudo, seu efeito não seria o mesmo sem o árduo trabalho de mobilização social na base.

A criação oficial da Reserva Extrativista do Rio Ituxi foi recebida como uma vitória. No entanto, esta foi rapidamente percebida como apenas uma etapa importante de um processo ainda mais longo e difícil: a afirmação da cidadania e da dignidade das famílias do Rio Ituxi, tendo como base a conservação da floresta e dos recursos naturais da região.

A sistematização dessa experiência buscou, em primeiro lugar, facilitar a reflexão crítica sobre o processo vivido, como forma de produzir conhecimento sobre esse mesmo processo. Nesse sentido, o conhecimento resultante surge do próprio grupo social e de sua interação com atores externos e não de centros de ensino e pesquisa especializados. A abordagem tem origem nos trabalhos de educação popular, tendo em Paulo Freire e em Oscar Jara Holliday suas principais referências.

A participação ativa das pessoas na sistematização de sua própria experiência é uma das premissas que se procurou respeitar neste trabalho. O resgate da experiência e ordenamento das informações envolveu a realização de reuniões com lideranças da APADRIT e entrevistas individuais com colaboradores que participaram da experiência em diferentes momentos e situações.

© Hermann Nass

Os passos metodológicos adotados envolveram basicamente:

1) o resgate da situação inicial vivida pelo grupo de famílias do Rio Ituxi antes da criação da APADRIT e da reserva extrativista;
2) descrição e análise crítica do processo vivido por parte dos próprios participantes na experiência; e
3) identificação e registro das principais lições aprendidas ao longo do processo.

Os relatos orais e o registro das discussões coletivas foram organizados na forma de um documento base, o qual foi submetido a uma leitura crítica por parte do grupo de lideranças da APADRIT para, só então, ser validado como o produto final da sistematização da experiência. A organização da publicação foi, portanto, uma produção coletiva. Os trabalhos foram realizados em Lábrea entre os meses de outubro de 2010 e fevereiro de 2011.

A experiência é generosa em termos de lições aprendidas, não apenas em relação ao grupo da APADRIT, mas também para o conjunto de instituições com as quais ela se relaciona. É difícil para o leitor não se sentir pequeno diante de um processo tão rico e tão intensamente vivido pelas pessoas que dele participam. Ele chega até nós como um convite à reflexão e como exemplo extremamente motivador para todos que atuam na promoção da organização social dos povos da Amazônia.

Josinaldo Aleixo e Ailton Dias
Brasília, junho de 2011.

Caminhos e descaminhos do desenvolvimento de Lábrea

contexto histórico

A Igreja Católica estabeleceu sua primeira missão na foz do Rio Ituxi, nomeando-a de Nossa Senhora de Nazaré do Rio Ituxi. A ocupação do atual território de Lábrea data da segunda metade do século XIX, mais precisamente por volta do ano 1870. A fundação oficial da cidade foi em 14 de maio de 1881.

No momento da sua criação o município de Lábrea foi um desmembramento de Manaus. Seus limites vinham desde a boca do Rio Abufari até a Bolívia. Inicialmente, seu fundador, o cearense coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, idealizou a cidade na localidade denominada Terra Firme do Amaciary. Posteriormente, ela foi assentada na localidade atual, na margem direita do Rio Purus.

© Alessandra Arantes

O vale do Purus tem uma longa história de ocupação indígena antes da chegada dos colonizadores. Ali são encontradas nações indígenas como os Apurinã, Paumari, Zuruahá, Jamamadi, Deni, entre outras. Esses povos foram duramente combatidos durante a expansão do extrativismo iniciada por volta de 1840.

O baixo e médio Purus assistiram a uma onda inicial de exploração dos produtos da floresta, chamados de “drogas do sertão”, entre os séculos XVII e XVIII, quando produtos como cacau, salsaparrilha e canela eram extraídos da floresta por indígenas e exportados para a Europa.

© Acervo IEB

Rio Purus

A fundação de Lábrea foi resultado direto da expansão da produção de borracha. A industrialização na Europa e Estados Unidos, a invenção do processo de vulcanização – aproveitamento industrial do látex – e o crescimento da demanda por borracha, na segunda metade do século XIX, causaram uma verdadeira corrida pela borracha extraída das seringueiras da Amazônia, abrindo novas vias de extração e comercialização no vale do rio Purus.

O Coronel Labre se estabeleceu na região com uma leva de migrantes nordestinos, começando a exploração do látex na área, que logo se tornou uma importante porta de entrada para as florestas ricas em seringueiras e que se estendiam até o Acre.

A figura predominante na região de Lábrea neste período e durante décadas seguintes é a do seringalista conhecido como coronel de barranco ou patrão.

A decadência da economia da borracha trouxe às comunidades extrativistas novos problemas. Fez avançar a fronteira do desmatamento desde Rondônia e Acre, a partir dos anos 70, trazendo consigo a grilagem de terras, o desmatamento, as queimadas, a abertura de estradas ilegais, a exploração madeireira, a expulsão das populações ribeirinhas ali residentes para instalação de fazendas de gado, entre outras mazelas.

A luta pela decretação da Reserva Extrativista (RESEX) do Ituxi é uma resposta a essa longa ação gananciosa e cruel de patrões, grileiros e outros poderosos, que, por mais de um século, controlaram – e ainda influenciam – a economia e a população de Lábrea. História essa que será contada pelas próprias lideranças comunitárias do Ituxi.

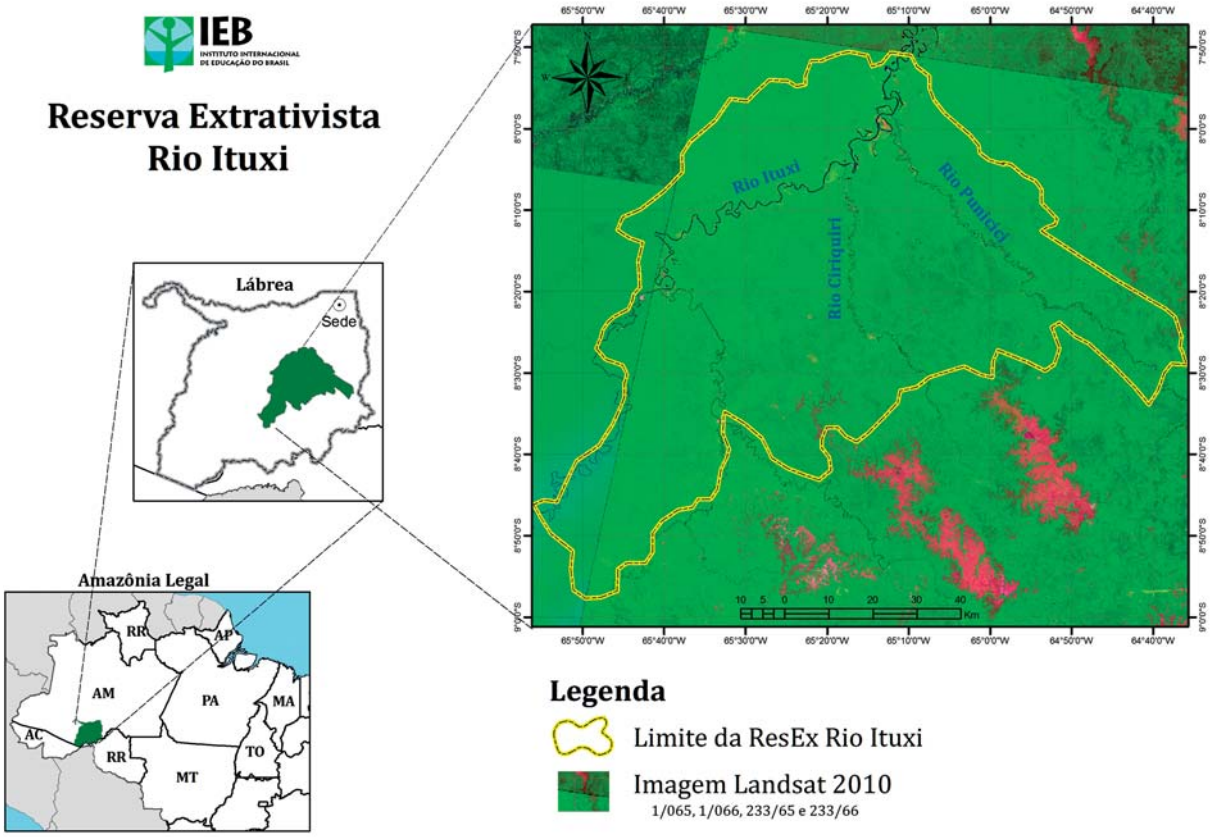
Os poderosos

Patrão

O patrão, ou coronel de barranco, era uma figura de grande influência e poder político, que se dizia “arrendatário do rio” – dono dos castanhais e seringais, detentor de terras e rios. Por isso, obrigava a população ribeirinha a pagar-lhe a renda.

RENDA:
Parte dos produtos retirados da floresta – principalmente castanha e borracha, mas também os “roçados” farinha, feijão, abóbora e melancia e os óleos copaíba e andiroba –, que deveria ser repassada aos patrões pelas famílias, em troca do direito de permanecer no local. Os valores variavam de 30 a 50% da produção.

Município de Lábrea



Localização
Situado na parte sul do estado do Amazonas, nas divisas com Rondônia e Acre, a 702 km de Manaus.

Como chegar
Desde Manaus, leva-se cerca de duas horas e trinta minutos de avião ou dois dias e meio de barco.

Área
68.234 km². Possui 11 terras indígenas homologadas.

População
37.574 habitantes, sendo 13.551 em área rural e 24.223 em área urbana (Fonte: IBGE, 2010).

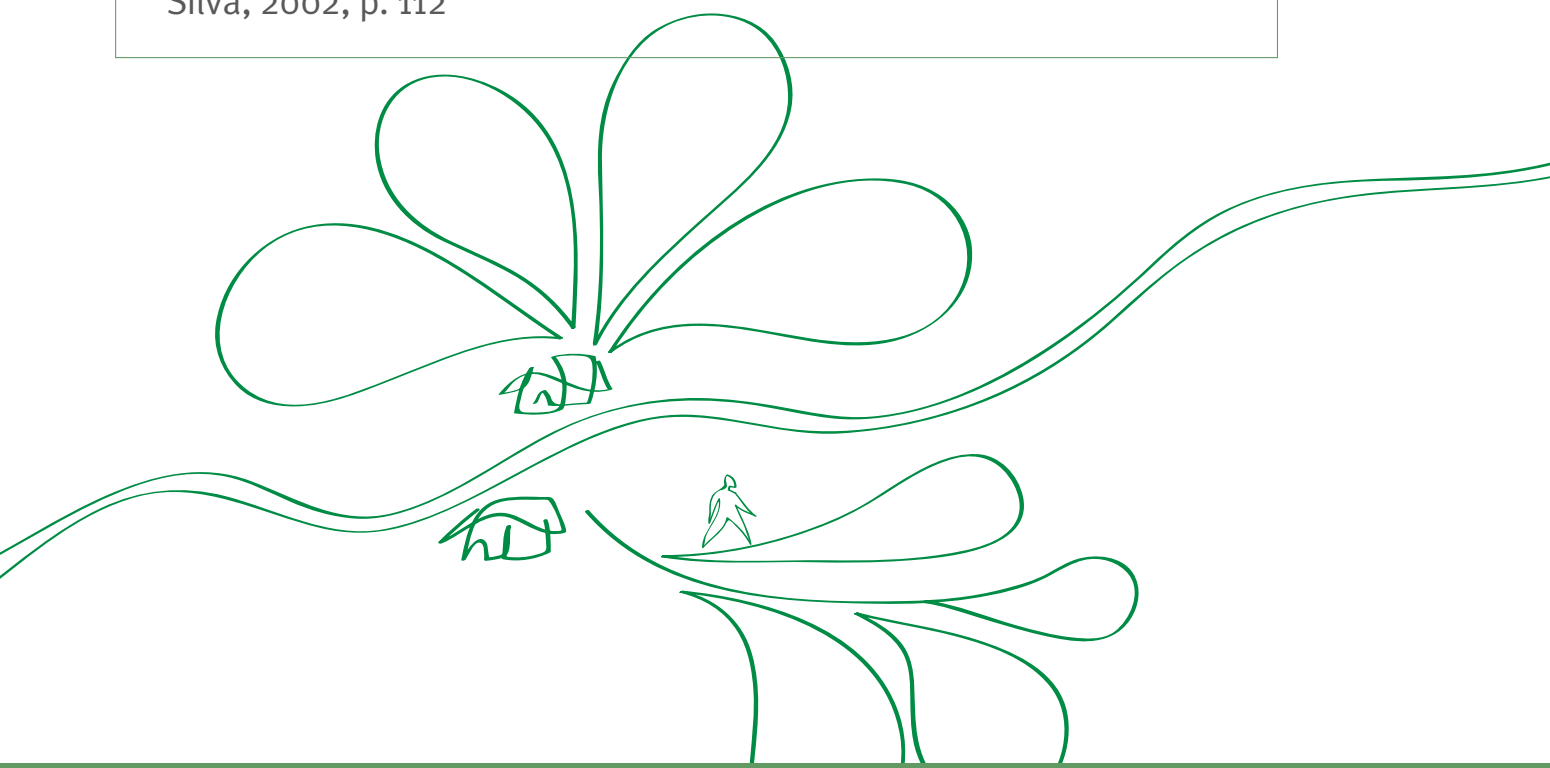
IDH-M
No ano 2000, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,598 (Fonte: PNUD, 2000).

Economia
Localizado às margens do rio Purus e atravessado por vários de seus afluentes, tais como o Ituxi, Punicici e Siriquiqui, o município tem nos rios a força de sua economia, através da produção agroextrativista, da pesca e da agricultura de pequena escala. Na porção sul do município se destaca a pecuária.

Nos barracões na beira dos rios, o poder do patrão ficava mais evidente. Os barracões eram entrepostos controlados e abastecidos por eles, onde os seringueiros adquiriam as ferramentas de trabalho e as mercadorias de primeira necessidade para a sobrevivência de suas famílias nas colocações. Como os preços das mercadorias eram sempre muito altos, a produção dos seringueiros era insuficiente para pagar a dívida contraída. Criava-se, assim, um regime de escravidão por dívida, também conhecido como "sistema de aviamento", que até hoje submete moradores daquela região.

COLOCAÇÕES:
"o conjunto da casa, roçado e estradas de seringa utilizado pelo seringueiro e família".

Silva, 2002, p. 112



"Em muitos seringais, dinheiro era uma raridade e os produtos da floresta eram trocados diretamente por mercadorias [...]. O seringueiro recebe mercadoria a crédito e paga o débito com produtos da floresta por ele extraídos [...]. O patrão pode ajustar o valor da mercadoria [...], uma tremenda oportunidade para desonestidade e raramente os seringueiros cancelavam suas dívidas."

Mathews, 2009, p. 5

© Josinaldo Aleixo

“Meu pai contava pra nós que quando ele era pequeno tinha gente que era escravo no Ituxi. Não sabiam nem receber o que ganhavam. Tinha patrão que mandava matar as pessoas. Meu pai era pequeno e, quando o pai dele morreu, ele saiu dessa [comunidade] Fortaleza e foi morar com minha avó [...]. A rede que ele dormia era bucha de estopa de castanheira. Eles tiravam, batiam, botavam no sol e se embrulhavam naquilo. Pra o senhor ver como era difícil, as pessoas vinham para Lábrea remando [...]”.

Dona Francisca, comunidade de Mangutiari

O começo do sistema de patronagem e aviamento se perde no passado da Amazônia. Entre os moradores do Ituxi, ninguém sabe dizer ao certo quem foi o primeiro patrão. Apenas dão conta de que seus avós e bisavós, vindos do Nordeste ou de outras regiões do estado do Amazonas, já pagavam a renda. Todo adulto da região do Ituxi já nasceu devendo a um patrão, dívida que, normalmente, o acompanhava do berço até o cemitério.

Regatão

Além do sistema de aviamento, havia também a dependência dos regatões, o outro canal possível de comercialização dos produtos e para que os ribeirinhos conseguissem bens de primeira necessidade. Os regatões eram agentes comerciais equipados com embarcações, muitas vezes pertencentes aos patrões, que subiam e desciam os rios vendendo os produtos necessários à vida das famílias e obtendo em troca a produção delas.

Sendo o Ituxi uma região isolada, o custo de ir à cidade adquirir as mercadorias necessárias era alto para os ribeirinhos. Para piorar, as mercadorias vendidas pelos regatões eram muito mais caras. Enquanto uma lata de óleo no comércio da cidade de Lábrea custava três reais, o regatão a vendia por catorze.

O regatão até dava a possibilidade de comprar a produção das famílias pagando em dinheiro, porém a necessidade das famílias as fazia comprar mercadorias – café, açúcar, querosene, munição, feijão, farinha, óleo etc. Desta forma, o saldo devedor do seringueiro só crescia, pois sua produção não era o bastante para saldar a dívida anterior.

Grileiro

Em meados dos anos 1990, começam a surgir na região do Ituxi os grileiros, a partir do sul de Lábrea, desde Boca do Acre e de Rondônia. Em comum, todos eles diziam: "o Ituxi vai ser nosso". Em 1997 e 1998, os grileiros baixaram o rio Punicici avisando aos moradores da comunidade de Volta do Bucho, Vila Vitória e Capurana que "quem não sair, ia trabalhar com eles", dizendo que toda aquela região seria transformada em uma fazenda para criação de gado.

Os moradores do Ituxi se referem aos grileiros destacando suas qualidades negativas: "o inimigo", "o perigoso", "os violentos", "os que fazem uso de ameaças", "os invasores" que promovem "o desmatamento", e também "os enganadores" e "os sedutores", que, num primeiro momento, procuraram aliciar jovens e adultos para a derrubada da mata. Em suas falas, há a associação entre fazendeiros e grileiros, colocando esses dois como parte de um mesmo processo político de apropriação das terras e destruição da floresta para implantação da pecuária.

Os grileiros continuam na região, de modo especial, no Punicici e no Querequetê, afluentes do Ituxi.

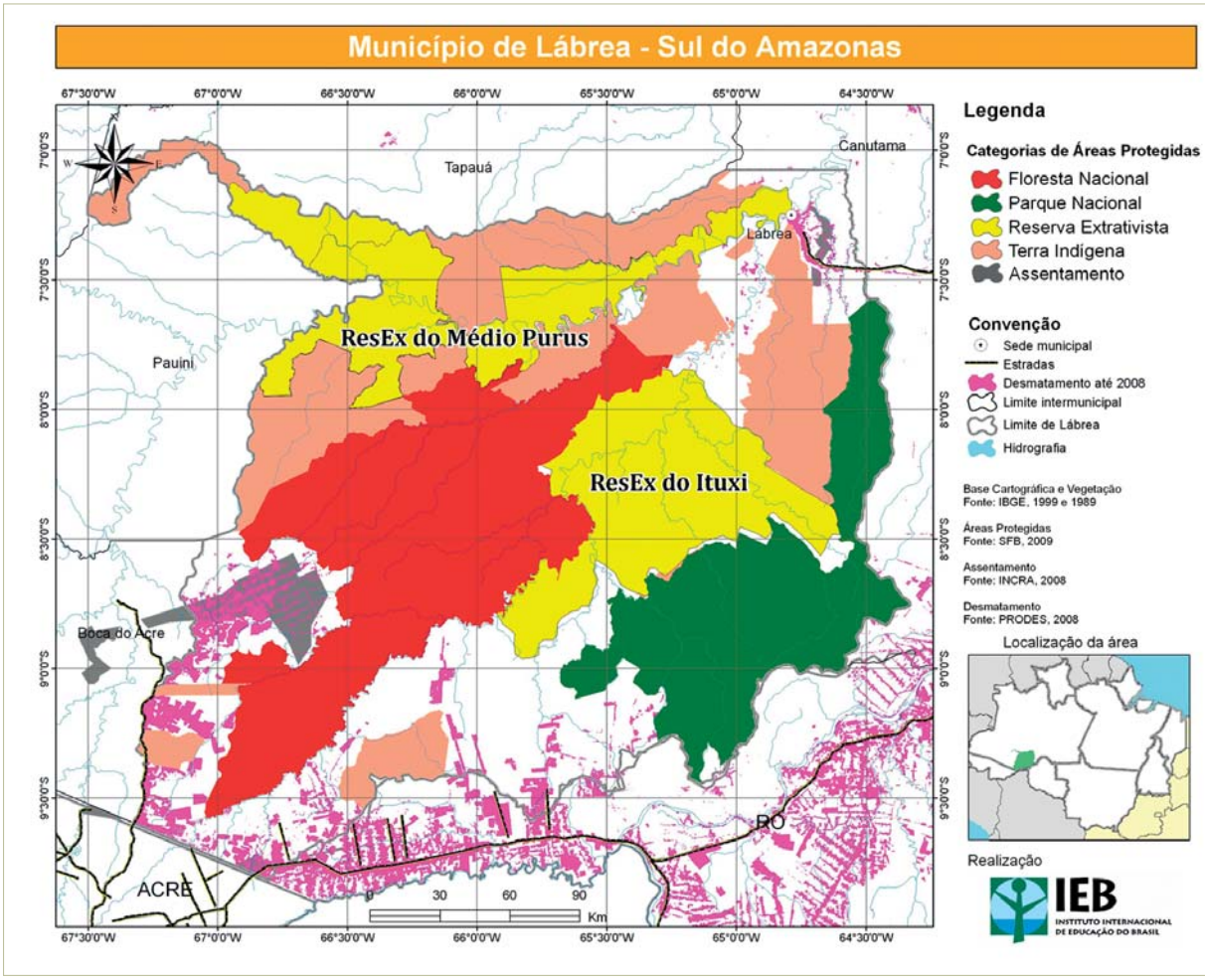
"Aí começou a surgir a grilagem de terra em todo o Ituxi. A gente ouvia falar, mas não tinha visto nada até então. Depois fiquei dois anos em Manaus e, quando cheguei lá no Punicici, a terra estava toda loteada, e ainda está. Tava cheia de cerca de travessão. A gente trabalhava lá sossegado. De repente, quando cheguei tava tudo desse jeito. Comecei a derrubar as placas e comecei a ser ameaçado. Não só eu como o pastor também, que já tinha começado o trabalho lá [...]"

Chicão, morador do rio Punicici

© Acervo IEB

IMPACTOS AMBIENTAIS:

- Em 2008, Lábrea foi incluído na lista dos 42 municípios com maiores taxas de desmatamento em toda a região amazônica. Entre agosto de 2008 e julho de 2009, o desmatamento no município foi de 22,3 km², passando para 26,5 km², no mesmo intervalo de meses, entre 2009 e 2010. Um crescimento de 18,8%.
- Entre agosto de 2008 e julho de 2009, o número de focos de incêndio em Lábrea foi de 63, passando para 129, no mesmo intervalo de meses, entre 2009 e 2010. Um aumento de quase 105% e o equivalente a 21% de todos os focos dos municípios do sul do Amazonas.
- Até julho de 2010, Lábrea possuía a impressionante cifra de 2.325 km de estradas, sendo que somente 7% delas são estradas legais. As demais são, em sua maioria, resultado da forte pressão de madeireiros e grileiros.



Isolados somos ilha, juntos somos continente

A força da organização

Engana-se quem acredita que ao longo dessa histórica exploração não houve resistência. Alguns ribeirinhos relatam que, anos atrás, em 1977, seus avós, moradores da comunidade Floresta, enfrentaram os patrões Santos Araújo e Orlando França, recusando-se a lhes pagar a renda, num embate violento. Um ato de bravura, porém uma ação isolada.

É a chegada dos grileiros que marca o início da resistência baseada em organização política e social, visando à manutenção da posse da terra e direito de uso da floresta.

Nessa época, as famílias que habitavam o Rio Ituxi e seus afluentes moravam espalhadas em suas colocações, dispersas na beira dos rios e igarapés e no interior da floresta. Contudo, com a desvalorização econômica

“Quando eu soube dessa história (da invasão de grileiros), peguei um avião e fui a Rio Branco. Eu fui num avião do governo do estado do Amazonas [...]. Eu estava almoçando num restaurante do aeroporto de Rio Branco e numa mesa ao lado tinha um grupo de grileiros almoçando. Um deles dizia: ‘rapaz, descobri umas terras boas lá no rio Ituxi e já tá tudo demarcado’. Um outro perguntou: ‘e tem gente morando lá?’ O outro respondeu: ‘tem, tem sim. Tem pessoas e comunidades, mas acontece o seguinte... daqui a três anos, rapaz, essas pessoas serão nossos trabalhadores...’. Eu tava almoçando, perdi a fome e a vontade de almoçar [...] Peguei um avião, fui direto pra Manaus. Formalizei um documento e enviei pra Brasília.”

Pastor Antônio Vasconcelos, comunidade Vila Vitória

© Regina Oliveira

da seringa e da sorva, veio o esvaziamento da região. Os moradores foram procurar oportunidades de trabalho e estudo em cidades como Lábrea, Porto Velho e Manaus, para onde se dirigiam também com intenção de fugir dos patrões.

Comunidades antes florescentes quase desapareceram. Muitas vezes, era preciso remar horas e horas para visitar um vizinho. Poucas pessoas tinham documentos pessoais, e as crianças só eram registradas muito depois de nascer. Quase ninguém sabia ler e escrever e não havia escola. A dificuldade de comunicação com Lábrea era extrema. Levavam-se dias de rabeta para chegar até lá. As emergências de saúde muito frequentemente resultavam em morte, pois não havia posto de saúde nem médicos. As pessoas que adoeciam eram curadas com remédios da mata e tinham malária dezenas de vezes. Para piorar, o isolamento facilitava a ação dos grileiros.

RABETA:
embarcação pequena, do tipo canoa, equipada com um pequeno motor de popa movido a gasolina.

© Hermann Nass

Foi a chegada do Pastor Antônio ao Ituxi que começou a alterar esta situação. Vendo as dificuldades dos moradores, o Pastor começou a animá-los a se juntarem para conseguir melhorias, como escola, saúde e luz elétrica. Assim, o Pastor Antônio levou a população a compartilhar problemas, lutas e soluções. Ressurgiram as comunidades de Vila Vitória, Vila Canaã, Mangutiari, Capurana, Volta do Bucho, Floresta, Goiaba, Cai Nágua, Jerusalém. E continuam nascendo novas. A caçula é Boas Novas, no rio Siriquiqui.

> **“O povo morava cada qual na sua colocação, cortando seringa, tirando sorva. Começou a surgir comunidade quando o pastor foi pra lá. Ele via a nossa dificuldade e começou a animar o povo pra fazer as vilas de casas. Quando ele chegou onde hoje é Vila Vitória, só tinha uma casa. Agora você vai lá e a Vila é muito maior, tem coreto, tem igreja, tem tudo lá.”**
>
> Dona Francisca, comunidade de Mangutiari

O passo seguinte foi criar uma associação para fazer frente aos poderosos, sobretudo os grileiros. No entanto, antes de seguir com a história da criação da associação, conheceremos a história do Pastor Antônio.

© Hermann Nass

O pastor Antônio

Nascido em lar evangélico, seus avós por parte de mãe e seu avô por parte de pai eram arigós (cearenses) que cedo chegaram no Amazonas. Seu avô casou-se com uma indígena Jamamadi. Quando se entendeu por gente, Antônio já morava na comunidade de Vera Cruz em Pauini, mudando-se depois para Cacuriã. Chegou a Lábrea com dez anos, onde começou a estudar. Aos 17, alistou-se no Exército e depois foi para Manaus.

© Regina Oliveira

Entre idas e vindas pela Amazônia, Pastor Antônio casou-se com Dona Adélia, uma "filha" do Ituxi, e se estabeleceu na cidade de Lábrea. Sua ida definitiva para o rio Ituxi foi resultado de uma série de acontecimentos que, avalia ele, não foram ocasionais, mas fruto da vontade inabalável de Deus, que o vocacionou a estar lá.

Em Lábrea, tentou ser vereador, teve um mercado e duas oficinas, mas não prosperou em nenhum destes ramos. Viu nisto a mão de Deus, que não queria que ele ficasse ali. Em 1995, com o afastamento do pastor da igreja de Pedreira do Baú, atual Vila Vitória, Pastor Antônio foi convidado pelo Pastor presidente da Assembleia de Deus para assumir o rebanho do Ituxi, mas recusou. Negou-se também a ir para a Convenção da Assembleia de Deus em Manaus.

Porém, um acidente com seu filho o obrigou a ir a Manaus com urgência. Segundo ele, o menino foi curado e se recuperou milagrosamente. Vendo aí novamente a mão de Deus, Pastor Antônio foi à Convenção da Igreja.

Naquela noite teve um sonho. Viu “o Ituxi todinho em sonho, tão vivo e tão lindo”. Nele uma casa grande, coberta de palha, e, na frente, uma pessoa pequena com uma vara na mão, que foi entregue a Antônio. Quando entrou na casa, viu uma galinha cheia de pintinhos e, ao lado, um cachorro grande, alto, feio, cheio de pira (feridas), pelado e que comia os pintos da galinha. Com a vara, ele espantava o cachorro, mas os pintos saíam de debaixo da galinha e iam em direção ao cachorro.

© Hermann Nass

Então, Antônio tornou-se pastor da Assembleia de Deus do rio Ituxi, imbuído da Missão sagrada: usar a vara recebida para espantar os cães, mas também ensinar aos pintos que os cães eram seus inimigos. Cumprindo-se a revelação, encontrou no Ituxi muita exploração do pequeno pelo grande.

Um de seus primeiros trabalhos no Ituxi foi ser professor e alfabetizar o povo por dois anos, em uma escola que improvisou. Em meio ao trabalho estafante e resultados lentos, teve uma visão, dessa vez acordado. "Fui arrebatado de onde estava e fui levado pro meio da mata. Quando eu cheguei lá, me sentei num tronco. De repente, vi um anjo na minha frente. Eu olhava pra ele e ele me olhava. Então, do céu, caiu uma espada, que se cravou no chão, no meio de nós dois. Aí o anjo me disse: 'lute!'", relata o Pastor.

"Quando cheguei no Ituxi, a primeira coisa que observei era que as pessoas não sabiam ler nem escrever. Por isso, o pessoal comprava amostra grátis de remédio. Eu disse comigo mesmo: misericórdia! A família do Fulano, por exemplo, comprava 300 reais de mercadoria (do regatão) e, lá no talão, estava escrito 500 porque não sabiam ler nem escrever. No caso, o Fulano pagava os 300 e ficava devendo 200 ao regatão. Essas coisas aconteciam porque as pessoas não sabiam ler, matemática, coisa assim. Para pesar as mercadorias eles punham no braço e diziam: 10 quilos, 20 quilos. Por isso as pessoas iam embora dali. Como segurar o povo na comunidade?"

Pastor Antônio, comunidade de Vila Vitória

A partir daí, Pastor Antônio entregou-se a organizar a resistência dos moradores dos rios Ituxi, Punicici e Querequetê, numa ação política e social com consequências enormes para a região sul do estado do Amazonas.

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus do rio Ituxi foi a primeira organização social do rio Ituxi. Por inspiração, o Pastor Antônio, reunia os moradores da região, debatia seus problemas, tornando-se ponto impulsionador dos processos de mudança. Antes, os moradores tinham vergonha de se expressar diante de autoridades, mas, com informação, inteligência e sagacidade, ganharam autoestima para questionar os poderosos.

A Igreja Assembleia de Deus é do ramo evangélico pentecostal e não se envolve com lutas sociais em todos os lugares. Para as lideranças do Ituxi, o envolvimento da Igreja nestas lutas foi parte do plano de Deus. Primeiro, a Igreja foi responsável pela organização das pessoas em comunidades, depois veio a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT).

© Josinaldo Aleixo

“Pastor Antônio é um homem que sempre lutou pelo bem da humanidade ribeirinha. Ele viu a necessidade e carência do povo ribeirinho e começou a pedir de Deus uma iluminação de como ele podia lutar e trazer uma vida melhor pra esse povo.”

Seu Francisco Maia, comunidade de Mangutiari

© Acervo APADRIT

A fundação da APADRIT

A partir dos encontros e reflexões propiciados pela Igreja, em que a pauta inicial era a carência do povo, os irmãos concluíram que só com a Igreja não alcançariam todas as melhorias necessárias. Decidiram criar uma associação, pois se deram conta do volume e da valorização dos produtos que coletavam por meio do agroextrativismo e da pesca.

Aos poucos, os moradores perceberam que associados poderiam romper com a dependência do regatão, ganhando liberdade para negociar com o mercado de acordo com seus interesses.

Era uma grande novidade, pois, na região, não existiam associações e, na própria Lábrea, as referências eram poucas, só existindo a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (ASPACS).

Após a importante atuação de Marildo Ximenes – responsável por levar uma proposta de estatuto – e as reuniões que debateram e definiram esse documento, a APADRIT foi fundada, em setembro de 1997, com trinta sócios.

MARILDO XIMENES:
Marildo Ximenes era gerente do Instituto para o Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM) de Lábrea, que assessorava as comunidades do Purus e do Ituxi, pessoa comprometida com as comunidades e mobilizada em torno da solução de seus problemas. Peça fundamental também na criação das RESEX do Ituxi e do do Médio Purus, como veremos à frente.

Pedreira do Baú (atual Vila Vitória) foi quem primeiro se organizou. O crescimento da APADRIT foi rápido. Os moradores dali e de outras comunidades percebiam como as coisas iam avançando: havia mais gente morando no Baú, fizeram a primeira escola do Ituxi e a sede da associação, tinham o primeiro agente comunitário e a primeira bancada motorizada de ralar mandioca.

Alguns moradores estranharam o "Assembleia de Deus" no nome da associação, levando os não evangélicos a não se aproximarem da APADRIT. Porém, a diretoria da associação foi, aos poucos, esclarecendo que a organização nasceu tendo como base os fiéis desta Igreja, mas que o estatuto garantia que nela não haveria distinção de religião, raça ou credo partidário, tranquilizando muitas pessoas. Recentemente, uma tentativa de mudança do nome da APADRIT, retirando o "Assembleia de Deus", foi rejeitada por evangélicos e não evangélicos reunidos em assembleia geral.

As lideranças da APADRIT se inspiraram na Bíblia, no conselho dado pelo sogro de Moisés para se organizarem em grupos de comunidades com coordenadores.

Inicialmente, a APADRIT se organizou em três “distritos”, juntando as várias comunidades em volta:

Distrito	Comunidades
1	De Pedreira do Baú (atual Vila Vitória) até a boca do Querequetê, e Vila Canaã
2	Do Estirão da Pedreira até o rio Siriquiqui
3	Floresta, Paumapi, Goiaba e o rio Punicici

Posteriormente, os distritos foram rebatizados de “polos”. A engraçada razão foi que “acharam mais bonito chamar de polo” e agora são cinco:

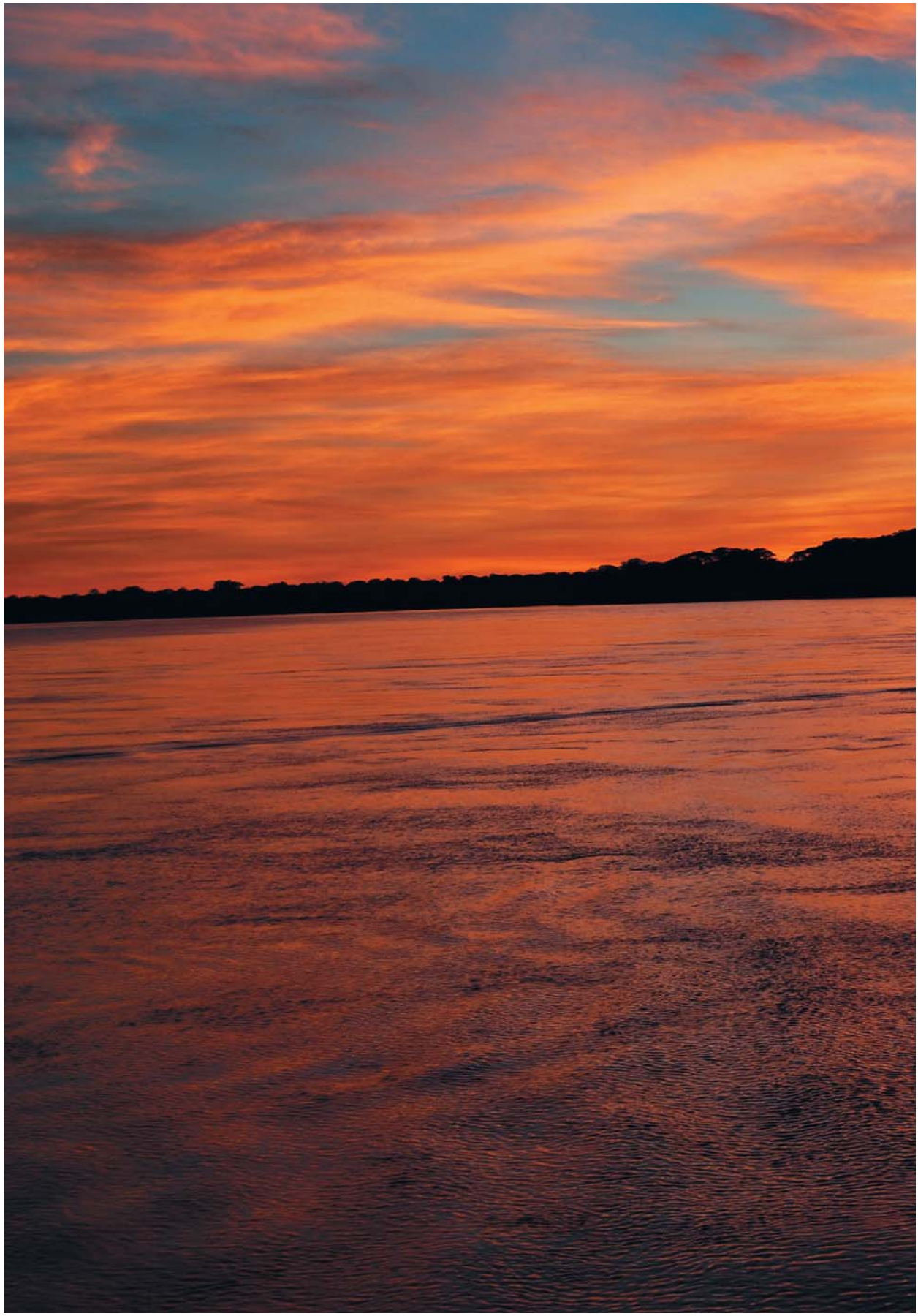
Polo	Comunidades
1	Goiaba, São Luís e Cajajurian
2	Floresta, Cabeçudo, Paumapi e Punicici
3	Estirão da Pedreira, Praia Alta e Siriquiqui
4	Pacu, Pedreira do Amazonas e Vila Canaã
5	Mangutiari, Capurana, Vila Vitória e Boca do Querequetê

Cada polo tem seu líder, encarregado de reunir as comunidades ou suas lideranças para organizar o trabalho na base.

É consenso na região do Ituxi que a vida melhorou com a APADRIT e que os moradores estão mais unidos para resistir às pressões que vinham de todo lado. Foi possível valorizar o agroextrativismo, porque os ribeirinhos passaram a escoar seus produtos por meio de projetos e parcerias.

“No dia seguinte assentou-se Moisés para julgar o povo; e o povo estava em pé junto de Moisés desde a manhã até a tarde. Vendo, pois, o sogro de Moisés tudo o que ele fazia ao povo, perguntou: ‘que é isto que tu fazes ao povo? Por que te assentas só, permanecendo todo o povo junto de ti desde a manhã até a tarde?’ Respondeu Moisés a seu sogro: ‘é por que o povo vem a mim para consultar a Deus. Quando eles têm alguma questão, vêm a mim; e eu julgo entre um e outro e lhes declaro os estatutos de Deus e as suas leis.’ O sogro de Moisés, porém, lhe replicou: ‘não é bom o que fazes. Certamente desfalecerás, assim tu, como este povo que está contigo; porque isto te é pesado demais; tu só não o podes fazer. Ouve agora a minha voz; eu te aconselharei [...] procurarás dentre todo o povo homens de capacidade, tementes a Deus, homens verazes, que aborreçam a avareza, e os porás sobre eles por chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta e chefes de dez; e julguem eles o povo em todo o tempo... Se isto fizeres, e Deus te mandar, poderás então subsistir; assim também todo este povo irá em paz para o seu lugar.’ E Moisés deu ouvidos à voz de seu sogro, e fez tudo quanto este lhe dissera.”

Êxodo 18, 1-24



© Nermann Nass

A reação dos “poderosos”

O fortalecimento da organização comunitária assustou aqueles que sempre se acharam donos do Ituxi. Logo começaram a espalhar boatos de toda sorte contra as lideranças da APADRIT, em especial contra o Pastor Antônio. Diziam que ele era mentiroso, enganador do povo, que queria tomar as terras dos moradores, que eram os novos regatões.

Os “poderosos” aumentaram a pressão sobre os moradores do Ituxi e sua associação incendiando a região, no final dos anos 1990, com conflitos de toda ordem para desorganizar as comunidades.

Os grileiros “batiam e alisavam”. Ofereciam de 3 a 4 mil reais pela compra dos lotes e procuravam seduzir os moradores dizendo que eles iriam trabalhar para os fazendeiros e morar “nos fundos” de suas fazendas. Ao mesmo tempo, usavam intimidação e violência com aqueles que não aceitavam suas ofertas. Semeavam a insegurança na região dizendo que colocariam “fogo em tudo”, ameaçando de morte, contratando pistoleiros e aumentando a movimentação de “gente estranha” pela mata. A produção caiu em algumas regiões, porque os trabalhadores tinham medo de irem sozinhos à suas colocações.

Seduzidos pelos grileiros, vários jovens e adultos no rio Punicici foram trabalhar para eles. Com o passar do tempo, muitos se desiludiram, já que trabalhavam como animais e não recebiam nada. Outros se somaram à luta da associação convencidos pelo forte trabalho de conscientização desenvolvido por ela. “Como trabalhar pros homens perigosos?”, dizia a APADRIT.

Frustrados com as promessas dos grileiros e escandalizados com as queimadas, com o desmatamento para a formação de fazendas e com a abertura de picadões (estradas) para o roubo de madeira, os comunitários foram se unindo. E, quando surgiu a ideia de se criar uma Reserva Extrativista (RESEX), a luta se acentuou ainda mais...

“Aí tivemos a ideia: vamos fazer uma RESEX”

O que fazer para deter o problema do desmatamento? Como garantir a posse da terra para os extrativistas e o afastamento definitivo dos grileiros? Apesar de fortalecida, a APADRIT não tinha essas respostas.

RESEX:
Segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma RESEX é uma Unidade de Conservação de uso sustentável, cujo objetivo é unir o uso dos recursos naturais ali existentes com a conservação. Logo, numa RESEX, a população tradicional que ali mora pode usar os rios e a mata cuidando para que este uso não cause a extinção destes recursos. Nessas reservas, a participação da população é importante para seu êxito, assim, elas contam com um conselho deliberativo, formado por todos os setores sociais interessados e envolvidos na questão.

Brasil, 2000

© Alessandra Arantes

© Diogo

Mais uma vez, o irmão Marildo foi fundamental. Foi ele quem trouxe pela primeira vez ao Ituxi a ideia de criar uma Reserva Extrativista (RESEX), algo que, até então, ninguém tinha ouvido falar.

Após ser debatida pela diretoria da APADRIT, a criação da RESEX logo se tornou uma grande bandeira de luta, ao lado da valorização do agroextrativismo. Para as comunidades, a RESEX significaria o direito de criar os filhos na terra com segurança.

As lideranças da APADRIT viram nisso uma luz no fim do túnel e difundiram a ideia nas comunidades, num amplo trabalho que, aos poucos, agregou parcerias como o Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNS), o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) – órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) –, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

© Diogo

© Josinaldo Aleixo

“Daí formamos um grupo grande. Com a força de Deus, primeiramente, e a ajuda dos irmãos da Igreja fizemos uma união total. Nos reunimos e, com a força de Deus, estamos sendo vitoriosos.”

Seu João Rodrigues Dias, comunidade de Vila Vitória

Mas houve muita dificuldade em convencer a todos, o que criou, inclusive, uma divisão no Ituxi naquele momento. Sob o argumento de que “as reservas travam o desenvolvimento do município”, políticos, patrões, fazendeiros e grileiros de Lábrea formaram uma aliança contra a RESEX. A possibilidade de perder os castanhais e a renda dos ribeirinhos atiçou o ódio dos poderosos, que influenciaram muita gente com inverdades.

Segundo eles, as RESEX iriam empobrecer os ribeirinhos e matá-los de fome, porque eles seriam proibidos de plantar, caçar e pescar. Haveria escassez de mercadoria, porque o regatão não entraria mais nos rios. Diziam que os ribeirinhos não poderiam mais vender seus produtos com “liberdade”, já que dependiam dos patrões para isso.

Por desinformação, algumas pessoas que não participavam das reuniões tinham dúvidas ou acreditavam nos boatos. Pessoas favoráveis ao prefeito de então, e aos vereadores locais, por dependerem de políticas clientelistas, tinham medo da proposta.

© Alessandra Arantes

“Colocar isso [a ideia da RESEX] na cabeça desse povo foi uma das tarefas mais difíceis que a gente encontrou [...] eles acreditavam que a gente não tinha conhecimento, que a gente não tinha condições de conseguir o que conseguimos, que foi o decreto dessa reserva, que praticamente foi nossa independência.”

“Moço”, comunidade de Floresta

Havia gente intimidada pelas ameaças por parte dos patrões e grileiros que, usando
dos serviços de pistoleiros, ameaçavam indiretamente os moradores e, a partir de certo
momento, diretamente as lideranças.

Felizmente, a maior parte dos moradores apoiava a luta pela RESEX e coube a estes, junto com a APADRIT, convencer os que tinham dúvida ou estavam iludidos.

Formalizando a luta

O primeiro passo formal dessa luta foi dado com envio de uma carta, datada de 18 de setembro de 2000, ao CNPT de Manaus, solicitando a criação da RESEX Ituxi. A carta foi enviada pela APADRIT, com o apoio da CPT, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Lábrea, Colônia dos Pescadores Z-13, Idam e Prefeitura Municipal de Lábrea – em gestão anterior ao prefeito inimigo da RESEX.

CARTA:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, esta associação vem a Vossa presença no sentido de que seja criada a Reserva Extrativista na localidade denominada Pedreira do Baú – Rio Ituxi, município de Lábrea, Amazonas, onde residem atualmente 49 famílias desenvolvendo atividades de extrativismo e de sobrevivência. Tomamos conhecimento de que poderíamos, através da Coordenadoria de Extrativismo, solicitar a criação de uma Reserva de Floresta [...]

Os motivos alegados na carta da APADRIT para reivindicar a criação da RESEX, segundo suas próprias palavras, foram:

- desenvolver o espírito comunitário entre os produtores rurais e suas famílias;
- reivindicar e zelar pelos direitos dos produtores;
- preservar a floresta e seu ecossistema e garantir à população local a exploração autossustentável dos recursos naturais renováveis de modo a alcançar equilíbrio ecológico e qualidade de vida;
- promover cursos e desenvolver técnicas de plantio e melhoramento produtivo que possibilitem o aumento da renda dos produtores e suas famílias;
- reivindicar recursos financeiros junto a agentes financeiros para desenvolver projetos agrícolas que venham possibilitar ao produtor rural desenvolver-se socioeconomicamente;
- incentivar a implantação de alternativas tecnológicas apropriadas para o desenvolvimento social justo e ecologicamente adequadas para a área;
- obter a cooperação técnica junto a rgãos ou entidades por meio de convênios, cordos e contratos, visando à ampliação de ações institucionais.

Ao mesmo tempo em que foi pedida a criação da RESEX Ituxi, o povo da Vila Limeira, município de Lábrea, com apoio da CPT e STTR de Pauini, também solicitou a criação de outra Unidade de Conservação (UC), a RESEX de Pauini. A questão é que, para efeito de criação da RESEX, grande parte das áreas do médio Purus e rio Ituxi e afluentes eram tratadas, pelo CNPT, como uma só, como a RESEX de Lábrea.

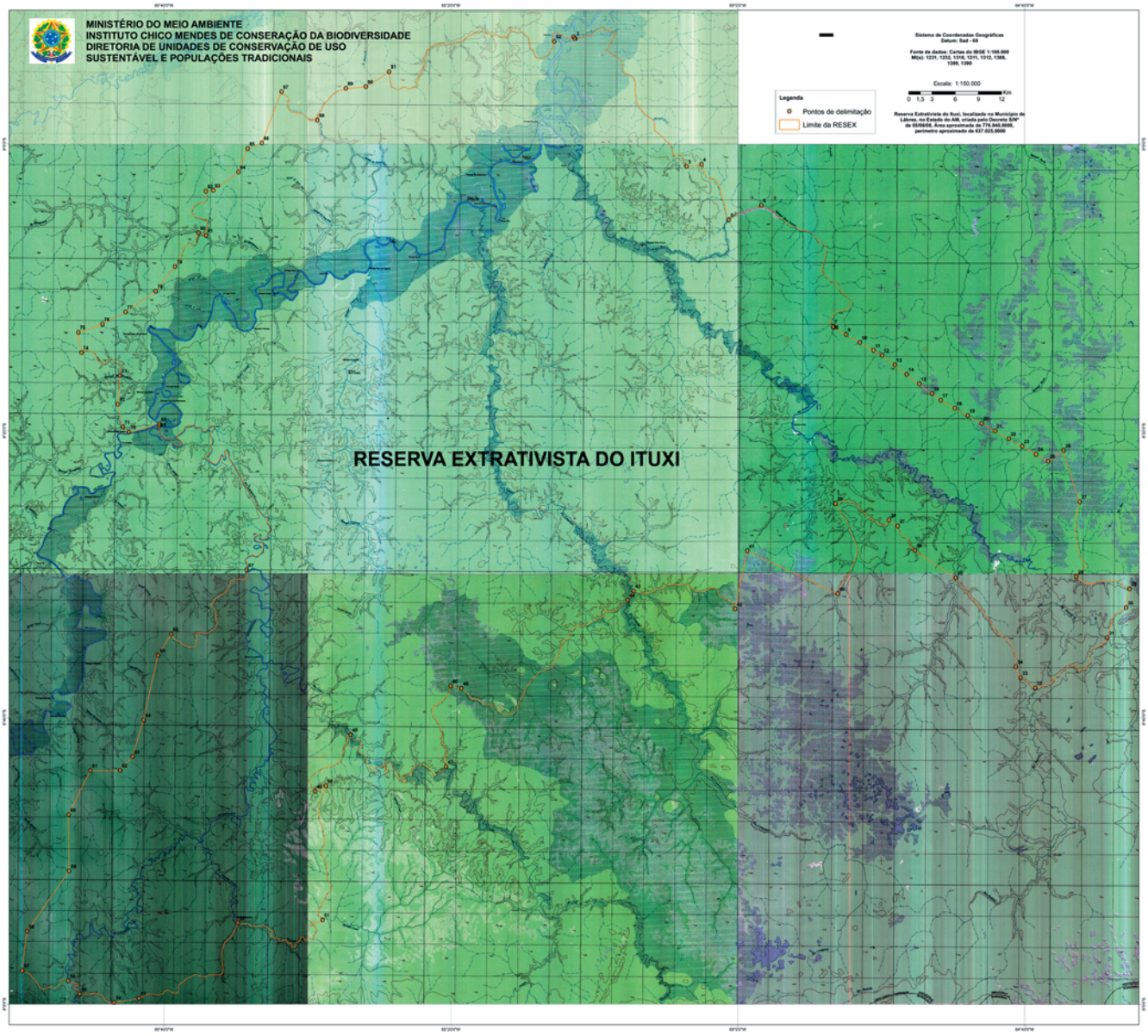
© Josinaldo Aleixo

Leonardo Pacheco, responsável por encaminhar o processo de criação da Resex do Ituxi junto ao CNPT/IBAMA.

Com apoio da organização não governamental (ONG) World Wide Fund for Nature (WWF), o CNPT iniciou os estudos para criação da RESEX de Lábrea e, desde cedo, percebeu alguns problemas para a criação de uma só reserva: a área era muito grande, as comunidades eram diferentes – o que ocasionaria dificuldades de gestão. Assim, o processo de criação da RESEX de Lábrea foi desmembrado em dois: RESEX Ituxi e RESEX Médio Purus, com esta última englobando a área solicitada para a RESEX de Pauini.

Passaram-se anos sem qualquer notícia sobre a reivindicação, trazendo desânimo aos lutadores. Havia uma ordem de "não mexer" no processo, que era considerado "complicado" pelas autoridades e, assim, ele foi quase esquecido: havia pressões políticas sobre o CNPT e o Ibama contra sua criação e havia municípios no Amazonas onde os movimentos sociais eram mais organizados e faziam mais pressão sobre o órgão, tendo, por isso, prioridade em relação aos movimentos de Lábrea. Para agravar o quadro, o CNPT não tinha pessoal técnico nem recursos suficientes para cobrir todas as solicitações de criação das UCs na região.

Essa situação só mudou com a entrada de outro personagem desta história: o analista ambiental Leonardo Pacheco, que, em 2004, assumiu a coordenação regional do CNPT em Manaus. Pacheco afirmou seu compromisso e, em novembro de 2005, enviou um documento à presidência do Ibama solicitando a reabertura do processo.


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO
SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES TRADICIONAIS
Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad - 69
Fonte de dados: Cartas do IBGE 1:100.000
MI(s): 1231, 1232, 1310, 1311, 1312, 1388, 1389, 1390
Escala: 1:150.000
0 1,5 3 6 9 12 Km
Legenda
Pontos de delimitação
Limite da RESEX
Reserva Extrativista do Ituxi, localizada no Município de Lábrea, no Estado do AM, criada pelo Decreto S/Nº de 05/06/08, Área aproximada de 776.340,0000, perímetro aproximado de 637.025,9000
RESERVA EXTRATIVISTA DO ITUXI

Somente em 2006 começou a ser feito o levantamento fundiário para a criação da RESEX Ituxi. Seu resultado foi um documento técnico que, ao apresentar suas conclusões, desfere um duro golpe nos poderosos:

> Como foi verificado, a maior parte das terras existentes na área de influência da reserva não possui a devida regularidade comprovada, ensejando a não indenização por desapropriação necessária a criação da UC.
>
> [...]
>
> Mesmo entre aqueles imóveis que tiveram sua cadeia dominial encontrada, não existe certeza jurídica de que a documentação seja fidedigna, uma vez que alguns seringais estão relacionados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em documento sobre grilagem de terras no Brasil.

O documento ainda relata que, durante a visita dos técnicos, foi constatada a pressão dos latifundiários, do prefeito e dos vereadores, muitos deles proprietários ou parentes de proprietários de terras na área da RESEX. Além disso, o relatório afirma que “o Judiciário e o Ministério Público estão ausentes ou inertes”.

De novo: nós avançamos, eles reagem

Pouco antes do levantamento fundiário, um fato importante na conjuntura nacional trouxe consequências diretas sobre a luta não só de Lábrea como de outras comunidades comprometidas com a conservação do meio ambiente: o assassinato da Irmã Dorothy Stang, no Pará, em 2005.

Esse crime chamou a atenção do mundo para os problemas da Amazônia e obrigou o Governo Federal a tomar atitudes a fim de assegurar os direitos territoriais de populações tradicionais da floresta para combater o desmatamento e a degradação ambiental.

Diante do interesse dos governos federal e estadual em reconstruir a rodovia BR 319 (Porto Velho–Manaus), em janeiro de 2006, a região do entorno da rodovia foi decretada como Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP)

© Diogo

319. Reunindo os Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, Agricultura e Agropecuária, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia e Justiça, a intenção da ALAP-319 era promover o ordenamento fundiário e a governança ambiental na imensa região entre os rios Purus e Madeira, com 22 municípios e 15.593.714 de hectares.

O CNPT solicitou ao Ministério do Meio Ambiente a inclusão de mais 2 milhões de hectares na ALAP-319 – justamente a área das duas RESEXs do município de Lábrea. Mais uma vez os poderosos reagiram.

“As pessoas diziam assim: ‘mas rapaz, vocês são muito corajosos, por que enfrentar uns homens poderosos desses?’ Mas nós dizíamos: ‘não tenho medo da morte, porque a Palavra de Deus disse que quem morrer em Cristo não provará a morte.”

Seu Francisco Maia, comunidade de Mangutiari

© Diogo

Em julho de 2006, o prefeito de Lábrea, Gean Barros, envia carta à Casa Civil da Presidência da República solicitando a retirada das terras de seu município da ALAP-319:

> Lamentamos informar que, em momento algum, na condição de prefeito municipal de Lábrea, Amazonas, aceitaremos, na consulta pública, envolvimento de áreas do município que dizem respeito ao que Vossa Excelência pretende no explicitado decreto presidencial em epígrafe [...]. Quero [...] protestar contra todas e quaisquer reservas que venham a prejudicar a população carente de meu município.

No mesmo mês, o então secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas (SDS), Virgílio Viana, envia carta a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, dizendo:

> Entendemos que o prefeito tem razão ao questionar a validade da consulta em relação às UCs localizadas fora dos limites da ALAP, uma vez que estas áreas não estavam no mapa enviado aos municípios do interior do estado [...], dessa forma sugiro que essas UCs sejam debatidas em audiência pública específica.

As pressões vieram por todos os lados. Em outra frente, em agosto de 2006, a Associação dos Produtores de Grãos do Sul do Amazonas (Aprosam), Cooperativa de Agronegócios dos Produtores da Amazônia (Coapa), Associação Agropecuária Pró-terra/AM, Associação dos Produtores dos Campos da Esperança (Procampos) e a Associação dos Produtores de Lábrea (Aprolabrea), enviam carta a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef:

> Vimos externar nossa preocupação com a discussão acerca da possibilidade de criação de Unidades de Conservação na região do entorno da BR-319, precisamente no que diz respeito às áreas localizadas nos municípios de Lábrea e Canutama, ao sul do estado do Amazonas [...].

Nessa carta, os empresários do agronegócio solicitam que o governo recue, exigindo que as UCs terminem se "restringindo à Flona [Floresta Nacional] 'Batata' Tufari com abolição de qualquer tentativa de criar as Flonas do Iquiri, Coari e Umari."

Um escritório de advocacia de Brasília, a soldo de um empresário da região do rio Ituxi, protocolou outro documento na Casa Civil da Presidência da República:

> [...] que algumas Unidades de Conservação estavam sendo propostas para além do decreto da ALAP, entre as quais Ituxi, que o MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia), Incra e MMA (Ministério do Meio Ambiente) não se manifestaram a respeito [...] nesta fazenda (Fazenda Ituxi) existe um projeto em andamento de exploração sustentada da floresta natural. Atualmente já foi investido mais de 2 milhões de reais [...], uma eventual transformação da Fazenda Ituxi em UC da BR-319 acarretaria um prejuízo de 2 milhões de reais em investimentos já realizados e mais de 50 milhões em prejuízos futuros [...], sem falar no prejuízo social que acarretaria a toda região de Lábrea e ao próprio estado do Amazonas. Protesto contra a inclusão de mais de 1 milhão de hectares em UCs na área da ALAP [...].

Outros ofícios com este caráter também foram enviados à SDS, ao Instituto de Terras do Estado do Amazonas (Iteam), ao Incra e à Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Apesar de toda essa reação, o MMA continuou dando seguimento ao processo de criação das RESEXs.

© Alessandra Arantes

A audiência pública

O dia 22 de julho de 2006 foi histórico. Aconteceu uma grande audiência pública em Lábrea para discutir a criação das RESEXs Ituxi e Médio Purus. Ali ocorreu o primeiro grande embate público entre ribeirinhos e grupos políticos e econômicos contrários às UCs.

Todas as organizações parceiras se mobilizaram para garantir ampla participação na audiência. Vieram embarcações do Ituxi e do Purus trazendo os ribeirinhos em peso. Mais de 300 pessoas das comunidades participaram, além de autoridades federais, estaduais e municipais. Os ribeirinhos chegaram em passeata ao ginásio que sediou a audiência. Tomaram as cadeiras na frente e se misturaram com os inimigos.

Causou espanto aos ribeirinhos ver a cara das pessoas que se diziam contrárias às RESEXs “em nome do povo”: “Nós nunca vimos esse pessoal na vida, como é que esse pessoal ajuda o povo se eles nem moram nem tem casa na beira do rio?”

Diante dos representantes de vários ministérios e de grileiros, fazendeiros e políticos o grupo do Ituxi foi “a espoleta”. O grupo do Purus era mais numeroso, porém menos falador. Os argumentos de seus adversários foram rebatidos prontamente.

Zé Maria, presidente da ATAMP, defendeu com fé a criação das duas RESEX:

“Por isso eu tô aqui, em nome da população do Médio Purus, defendendo essa proposta, para que não venha a acontecer com nossa famílias, com minha família, que aqui estão, na cidade de Lábrea, sofrendo decadência, passando fome, porque vieram lá do interior e, por alguma consequência, hoje estão aqui na cidade sem opção de vida, muitas delas tendo o desejo de voltar pro interior [...].”

Na mesma linha seguiu o presidente da APADRIT, Pastor Antônio:

“Nós somos população ribeirinha, essa floresta é nossa, é de onde nós tiramos nosso sustento, queremos nossa RESEX, porque ela é tudo pra nós. Vai nos trazer paz, vai nos trazer dignidade e vai nos trazer sossego e vai proteger o meio ambiente [...].”

A certa altura, alguns participantes reclamaram que a mobilização da audiência pública não foi feita a contento. Sendo eles avisados com pouca antecedência, logo, não tiveram tempo para estudar mais amiúde a proposta das RESEXs. Foi o caso da juíza de direito e do promotor público da cidade.

O advogado Luis Sabóia disse que os empresários interessados em "investir" em Lábrea também não foram avisados e reivindicou mais tempo para análise e proposição de alternativas.

Para Sila Mesquita, uma das representantes do governo do estado do Amazonas, também era necessário mais tempo para que os direitos e desejos dos movimentos sociais e das populações ribeirinhas fossem respeitados.

O prefeito de Lábrea, Gean Barros, posicionou-se publicamente contra às RESEXs, insinuando que os que por elas lutavam não sabiam o que estavam fazendo:

> **"Não quero prejudicar alguém [...], mas eu tenho o direito de alertar vocês, mas eu tenho o direito de impor, como representante de vocês que vocês confiaram, que confiaram na câmara de vereadores, então teremos bastante cuidado, porque o que está em jogo é o futuro de vocês [...]. Como vai ficar o comércio de Lábrea? Como vai ficar o município se não se puder pescar, caçar, tirar madeira por causa de uma reserva?"**
>
> Gean Barros, prefeito de Lábrea

O vice-prefeito de Lábrea, Nelson Amud, em meio a protestos da maioria dos presentes, fez sua fala demarcando a oposição dos grupos políticos do município.

> **"Quero cumprimentar a todos [...] e dizer que somos totalmente contrários à reserva extrativista [...], porque nós temos conhecimento de que a reserva extrativista ainda não deu certo nas nossas comunidades [...]. Elas vão trazer prejuízo para Lábrea, vão impedir nosso desenvolvimento, porque quem vai investir aqui se toda terra é reserva ou reserva indígena?"**
>
> Nelson Amud, vice-prefeito de Lábrea

A representante do CNS, Vanderleide Ferreira de Souza, respondeu aos políticos e corrigiu o prefeito e seu vice:

“Não sei onde é que existe reserva aqui em Lábrea que não dá certo, só porque não tem nenhuma reserva decretada aqui em Lábrea, não sei de onde o senhor (vice-prefeito) tirou isso [...]. Eu sou filha de seringueiro, eu tô sentindo na pele a necessidade do nosso povo, e obrigado, eu tô aqui pra lutar com eles e seja o que Deus quiser.”

Vanderleide Ferreira de Souza, representante do CNS

A audiência pública terminou com a ampla maioria de ribeirinhos sentindo-se vitoriosa. Como encaminhamento, foi solicitado aos setores ali presentes que repassassem ao Governo Federal, por intermédio do IBAMA, suas propostas.

© Hermann Nass

Das armadilhas e lentidão dos governos até a vitória!

Outra barreira a ser superada pelos membros da APADRIT e seus aliados foi o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Curequetê, proposto pelo Incra desde 2004. Esse projeto previa a utilização de terras já reivindicadas pela RESEX Ituxi. A preocupação com ele era grande, porque, além de travar a finalização dos estudos sobre as duas RESEXs de Lábrea, já era conhecida a incapacidade do Incra de zelar pela integridade territorial e florestal dos assentamentos.

Grande parte dos assentamentos do Incra no sul do Amazonas foi invadida por madeireiros e apropriada por fazendeiros que compraram ilegalmente os lotes dos assentados mais pobres. Caso fossem assentadas famílias sem ligação com a região e com a floresta, a tarefa dos poderosos seria ainda mais fácil.

Por isso, os movimentos sociais entenderam o PAF Curequetê como mais uma investida das forças políticas e econômicas ansiosas por não perder terras para a RESEX.

Em dezembro de 2006, um ofício da APADRIT, subscrito pelo CNS e CPT, foi encaminhado ao Ibama, solicitando que a área do rio Curequetê não fosse retirada da RESEX Ituxi. Paralelamente, grandes entidades nacionais dos movimentos sociais foram mobilizadas. O GTA, o CNS, o STTR de Lábrea, o CPT e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetragri) também enviaram cartas para pressionar o Governo Federal.

Enquanto isso, outro drama se arrastava, dessa vez, dentro do governo do Amazonas. O processo de criação das RESEXs dependia do envio de uma carta de anuência por parte da SDS. Diante do imobilismo da secretaria, a APADRIT, o CPT, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o STTR de Lábrea, a Atamp, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a Prelazia de Lábrea e a Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (OPIMP) se manifestaram, separadamente, por cartas dirigidas ao secretário Virgílio Vianna, entre março e abril de 2007.

PRELAZIA:
Prelazia: é um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território (prelazia territorial) ou de um grupo de fiéis (prelazia pessoal). As prelazias territoriais e pessoais são similares às igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprio.

“Ao cumprimentá-los cordialmente, nós, representantes da população indígena da região do Médio Purus, gostaríamos, por meio deste, de endossar o pedido das associações e movimentos sociais da região pela agilidade no encaminhamento da carta de anuência do governo estadual com vistas à criação das duas reservas extrativista (Ituxi e Médio Purus) no município de Lábrea.”

Carta enviada pela OPIMP

Ainda no mês de março, o Incra responde ao MMA sobre a questão da existência de títulos na região do rio Ituxi constatando “a inexistência de glebas públicas na região de Lábrea com solicitação de legalização por parte da Tivoli Comércio e Importações e Exportações e Frederico Nicolau Scheffer”.

Em junho, o MMA termina o estudo relativo à proposta de criação das UCs a serem implementadas na região sul do Amazonas, entorno da BR-319, afirmando que elas

representam uma oportunidade única de se criar um valoroso mosaico de áreas protegidas no alto interflúvio (entrerrios) Purus-Madeira, proporcionando a proteção de importantes atributos naturais e contribuindo para o ordenamento territorial da região.

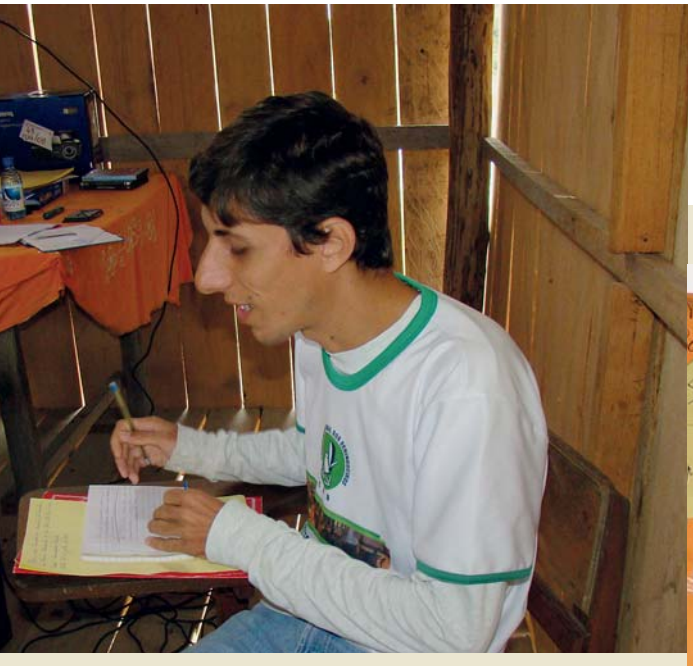
Em agosto, o Ibama solicita parecer do SPU acerca da proposta de criação da RESEX do Ituxi, e este responde informando que “esta secretaria não apresta óbices à instituição das referidas Unidades de Conservação”. Ou seja, as terras eram da União, portanto passíveis de serem revertidas em UCs.

© Diogo

Em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMbio), como um desmembramento do Ibama, ficando o novo órgão responsável pela gestão das UCs federais. Nessa reestruturação do instituto, havia a intenção de fechar o escritório do órgão em Lábrea, um flagrante prejuízo à luta das populações tradicionais, vista a sólida aliança existente entre seus servidores e as populações tradicionais de Lábrea.

Em protesto, as lideranças comunitárias chegaram a ocupar por dois dias o escritório local do Ibama.

Há meses, organizações da Amazônia, como o GTA e o CNS, com apoio da WWF e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), estavam organizando uma caravana de diversas lideranças agroextrativistas de toda a Amazônia rumo a Brasília. Intitulada de "Movimento pró-RESEX", a mobilização tinha como objetivo cobrar do Governo Federal a criação de um conjunto de UCs na região Amazônica, cuja decretação estava paralisada em seu último estágio. A mobilização aproveitou o momento do "Grito da Terra Brasil", em maio de 2008, manifestação organizada todos os anos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em Brasília.



© Acervo IEB

Marcelo Horta Messias Franco, técnico do IEB.

© Acervo IEB

© Acervo APADRIT

Extrativistas do Ituxi defendem a criação da Resex em audiência pública na Câmara dos Deputados, Brasília, 2008.

Em março de 2008, começaram as atividades do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) em Lábrea, e sua primeira atividade foi um curso de formação de lideranças das comunidades das futuras RESEX e de lideranças indígenas. O tema da capacitação foi legislação ambiental brasileira. No último dia de curso, montou-se um plano de trabalho para reanimar a luta pelas RESEX e reagir às ofensivas de contrainformação que aconteciam nos rios. Esse plano incluiu a organização de uma caravana de 40 ribeirinhos do Ituxi, do Médio Purus e de indígenas a Brasília para se somarem ao "Movimento Pró-RESEX" e ao "Grito da Terra".

Em Brasília, as lideranças ocuparam as audiências dentro do Congresso, para fazer pressão e buscar apoio junto a parlamentares e membros do Governo Federal pela decretação de ambas UCs. Foram também até a sede nacional do Ibama, em audiência com os demais movimentos populares, para solicitar o não fechamento de seu escritório em Lábrea.

As pressões em favor dos ribeirinhos ocorriam por todos os lados – muitas vezes, sem que as organizações de Lábrea soubessem.

© Acervo APADRIT

Acampamento dos extrativistas do Ituxi em Brasília durante campanha em favor da criação da Resex, em 2008.

© Acervo APADRIT

Extrativistas do Ituxi cobram a decretação da Resex em Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Brasília, 2008.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por exemplo, tinha em mãos uma carta (exposição de motivos) que expunha ao Presidente da República que, após estudos e debates, seria oportuna a criação da RESEX.

Em meados de 2008, corria um forte boato de que as duas RESEX de Lábrea seriam decretadas em 5 de junho daquele ano – Dia Mundial do Meio Ambiente.

CARTA DE MARINA SILVA:

"Exmo. Sr. Presidente da República,
Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a presente proposta de edição de decreto, na forma da minuta anexa, objetivando a criação da Reserva Extrativista "Ituxi", com área aproximada de 776.940,85 ha, localizada no município de Lábrea, estado do Amazonas, destinada a conservação do bioma amazônico, tendo ainda a finalidade de atender a demanda da comunidade tradicional extrativista que utiliza a área [...]."

Em maio, o Presidente Lula assinou apenas o decreto de criação da RESEX do Médio Purus. Essa notícia trouxe alegria pela vitória do povo do Purus, mas trouxe igualmente grande desânimo para as lideranças do Ituxi. Em meio à frustração, elas solicitaram uma audiência com o Presidente da República, com intermediação da Contag. Na reunião, explicaram os motivos da sua mobilização dizendo que não havia impedimento à decretação da RESEX Ituxi. Lula pediu que um grupo de lideranças retornasse a Brasília no mês de junho já para a cerimônia de decretação da RESEX.

© Acervo APADRIT

Da esquerda para a direita: Leonardo Pacheco, Silvério, Pastor Antonio Vasconcelos, Lula, Vanderleide Ferreira de Souza, Queops Silva de Melo e Jerferson Lobato.

© Acervo APADRIT

Pastor Antonio Vasconcelos discursa em audiência pública na Câmara dos Deputados em defesa da criação da Resex do Ituxi.

© Acervo APADRIT

Caravana dos extrativistas do Ituxi e do Purus durante campanha em favor da criação das Resex do Ituxi e do Médio Purus, em 2008.

© Acervo APADRIT

Pastor Antonio Vasconcelos, Silvério e Jerferson Lobato durante audiência com o presidente Lula em Brasília em 2008.

Em 5 de junho de 2008, Dia do Meio Ambiente, coroando uma luta de quase uma década, o Presidente Lula, assina o decreto de criação da RESEX Ituxi.

© Acervo APADRIT

VITÓRIA (DECRETO):

> “Art. 10 Fica criada a Reserva Extrativista Ituxi, localizada no município de Lábrea no estado do Amazonas com uma área aproximada de setecentos e setenta e seis mil, novecentos e quarenta hectares [...].” (Brasil, 2008)

© Acervo IEB

Grupo durante o primeiro encontro de moradores do Ituxi após a decretação da Resex.

© Acervo IEB

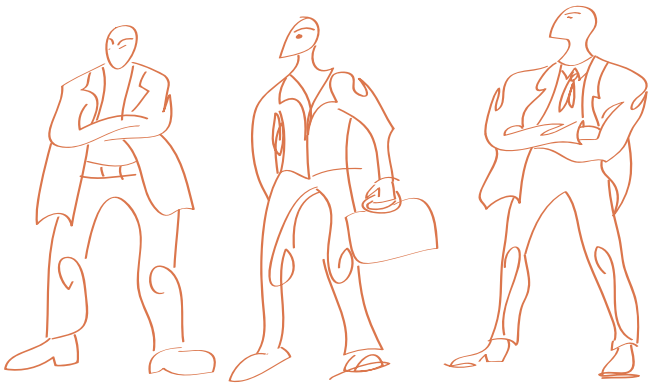
Encontro de moradores do Ituxi.

© Acervo IEB

Primeiro encontro de moradores do Ituxi.

© Acervo IEB

Membros do conselho deliberativo da Resex do Ituxi reunidos em 2010.



E ainda os poderosos...

O decreto do presidente Lula não encerrou a luta das comunidades e lideranças. Ao contrário, mesmo após decretada a RESEX, os detentores do poder político e econômico em Lábrea continuaram a tramar contra a efetivação da Reserva.

Após a promulgação dos decretos do Ituxi e Médio Purus, o prefeito municipal, Gean Barros, e o empresário Frederico Nicolau Scheffer entraram com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) acusando a inconstitucionalidade da decretação das RESEXs e pedindo que as áreas pertencentes ao empresário e ao município de Lábrea fossem excluídas das RESEXs. Sofreram, no Supremo, a derrota final no tocante à decretação.

Não satisfeito, o prefeito, ainda em 2009, organizou um boicote à compra de feijão de várzea do Purus.

Em março de 2010, houve um ato público em Lábrea contra o ICMBio. Sob a alegação de que não deveriam continuar as ações de fiscalização da retirada de madeira ilegal, pequenos moveleiros – que foram multados por usar madeira extraída ilegalmente das Reservas Extrativista do Médio Purus e Purus –, incitados por um vereador, grandes serradores e um radialista local, reuniram cerca de mil pessoas em manifestação diante da residência da gestora da RESEX Ituxi e do hotel onde se encontravam os fiscais ambientais encarregados da fiscalização. Após horas de negociação, os servidores foram embora do município sob escolta da Polícia Federal.

Como desdobramento deste fato, políticos de Lábrea, apoiados por deputados e senadores do Amazonas, fizeram uma caravana à Brasília para intimidar a ICMBio e defender

a diminuição das áreas das reservas recém-decretadas. Os movimentos sociais jogaram uma carta na rua denunciando as manobras dos poderosos de Lábrea e defendendo as ações do ICMBio em defesa da integridade das RESEXs. De uma reunião em Manaus, lideranças dos movimentos e das RESEXs seguiram para Brasília, porque lá, os poderosos haviam organizado uma audiência pública na Câmara dos Deputados como forma de pressão política para diminuição do tamanho das RESEXs e suspensão das atividades do ICMBio na área. A presença dos ribeirinhos nessa audiência pública causou surpresa – os inimigos das RESEXs achavam que só eles iriam falar, e a população não estaria ali para se defender e usar da palavra. Vários deputados se manifestaram em apoio às RESEXs, e os argumentos das lideranças conseguiram, inclusive, fazer com que um deputado que era favorável ao prefeito mudasse de opinião.

As investidas da oposição deixam a certeza de que há ainda uma longa luta pela frente. Porém, a estratégia da APADRIT é de reconciliar a sociedade local. Por isso, convidou tanto a Prefeitura como a Câmara de Vereadores para fazer parte do Conselho Deliberativo da RESEX, na tentativa de convencê-los de que a reserva é um potencial de desenvolvimento para o município.

VANDERLEIDE:

Vanderleide Ferreira de Souza é coordenadora do CNS em Lábrea. Pessoa valente e lutadora, esteve no dia a dia das lutas do Ituxi desde a formação do Conselho em Lábrea. Baixinha, faladora, inteligente, tem o dom da palavra: não se intimida em denunciar os poderosos que exploram os ribeirinhos pondo em risco a própria vida. Perguntada se tem algo que ela não faria, ele disse: “Eu acho que não exporia tanto a vida da minha família, porque os ‘grandes’ de Lábrea são covardes”. O CNS foi “parceirão”, disse um dos entrevistados, Vanderleide, “aquela é valente”. Na pessoa dessa lutadora e dessa organização de luta, o Povo do Ituxi faz um tributo de gratidão a todos os parceiros novos e antigos!

© Alessandra Arantes

Contabilizando as vitórias, apontando novos desafios

Após uma luta de quase uma década, é importante fazer um balanço dessa jornada. Ter clareza dos avanços para ter consciência de onde saímos e de como chegamos. Conhecer nossos limites para que não nos iludamos. Apontar desafios para seguir lutando. Enfim, refletir sobre nossas experiências para aprender e ensinar com elas, entendendo-as como verdadeiras lições. Vamos ponto a ponto.

Lições para nós mesmos

"Cabeça em pé"

Hoje, o ribeirinho do Ituxi tem autoestima, orgulho e confiança em si mesmo, porque se organizou e aprendeu a se posicionar publicamente. Sabe se colocar nos debates sem vergonha de dizer sua palavra. Essa "inteligência" os fez cidadãos mais participantes. Hoje existem ribeirinhos que são membros do Conselho deliberativo da RESEX, uma responsabilidade muito grande, que implica, entre outras coisas, ir a Brasília discutir com a direção do ICMBio e outros órgãos governamentais. As lideranças do Ituxi têm propostas para a solução de seus problemas e são capazes de debatê-las de igual para igual com os representantes do Estado.

Organização comunitária

Juntar-se para debater os problemas, compartilhar interesses e buscar soluções em ações coletivas, aprendendo a discutir, a buscar consensos ou a "chegar a uma ideia só", envolvendo a todos nas discussões e juntando as diferentes ideias. Trabalhar coletivamente não é fácil, exige esforço e aprendizado contínuo. Assim, um descobriu o outro no Ituxi, e o viver em comunidade foi um aprendizado ao longo dessa luta. Foi assim que os moradores Ituxi educaram-se para o associativismo, descobrindo, na prática, a importância da construção de sua organização. Através

dela, descobriram direitos sistematicamente negados, passaram a demandá-los e hoje veem a APADRIT como responsável pelas melhorias conquistadas.

Embora o Pastor Antônio seja a grande liderança do Ituxi, ele não trabalhou sozinho. A APADRIT também formou um grupo de líderes que sempre esteve dividindo as mais diversas tarefas com ele. Formaram-se também os coletivos de direção nas comunidades, encarregados de levar a discussão à base e organizar a luta em cada polo. Desde sua criação, a diretoria da APADRIT buscou consultar às comunidades e debater na base para promover o envolvimento dos moradores. É necessário respeitar os costumes e o ritmo das comunidades, e não atropelá-las.

© Diego Lemos

Consciência ambiental

A própria instalação da RESEX impediu a derrubada da floresta e sua queimada para o plantio de pasto e a formação de fazendas. Porém, ao longo de todo o processo de luta, fortaleceu-se a consciência do ribeirinho sobre sua dependência do ambiente em que vive. Portanto, alcançou-se um maior compromisso com a conservação ambiental. A população local diminuiu muito as pressões sobre o meio ambiente. A atividade de caça praticamente acabou. Surgiram iniciativas como a conservação de quelônios, a proteção de tabuleiros, a prevenção e combate ao desmatamento, as boas práticas agrícolas, os Agentes Ambientais Voluntários, o monitoramento ambiental e as ações educativas junto aos moradores e às comunidades.

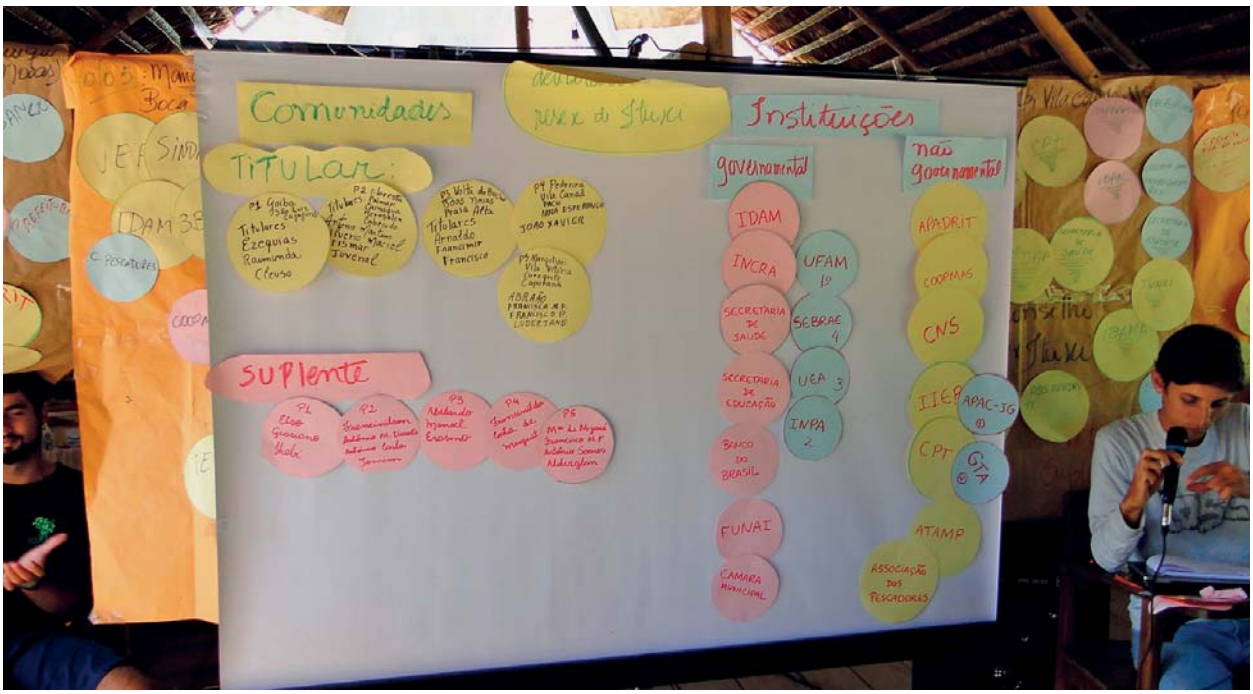
Nova postura diante dos governos

Hoje, as lideranças do Ituxi não admitem que venham para Lábrea técnicos do ICMBio e Ibama com uma postura burocrática e desrespeitosa para com as comunidades. Os ribeirinhos sabem que são cidadãos, que reivindicam com força e razão e que não são mendigos submetidos ao capricho de funcionários públicos. Pessoas como Marildo, Leonardo, Jerffeson, Adriana e outras foram importantes, porque ajudaram a APADRIT a lidar com os governos. No entanto, agora, é o povo o demandante, porque sabe que os governos têm deveres.

Trabalhar em parceria

Nossa luta seria mais renhida e a vitória incerta sem um conjunto de atores que se tornaram parceiros, como a CPT, o CNS, o ICMBio, o GTA, o STTR de Lábrea, a Prelazia de Lábrea, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus do município e os "parentes" indígenas da OPIMP, por exemplo. Em conversa com as organizações parceiras e coirmãs, elas destacaram que o apoio dado foi fruto de convites da APADRIT e que elas jamais quiseram aparecer

© Acervo IEB



mais do que a associação, a legítima representante dessa luta. Entretanto, foram muitas as barreiras que só puderam ser contornadas porque havia parceiros capazes de ajudar com diferentes formas de atuação. Essa junção dos diferentes permitiu enxergar que agendas, antes distintas, na verdade, eram comuns, que havia articulação entre as lutas ambientais e sociais, por exemplo. Umas marcaram mais presença junto às comunidades diretamente, por meio de seus agentes ou lideranças; outras tiveram uma atuação mais discreta, participando de atividades de campo ou assinando documentos e reivindicações. Auxiliaram politicamente, tecnicamente ou com estrutura para que a APADRT pudesse realizar suas ações.

Houve ajuda na mobilização social, na sensibilização das comunidades em torno da proposta da RESEX, no trabalho de informar e educar as comunidades, na capacitação para construção de projetos, na captação de recursos, na forma de lidar com a burocracia do Estado, na construção de pontes de diálogos com outros atores, na pressão política sobre órgãos de governo e muito mais. Foi essa união que deu a força da perseverança, garantindo o ânimo que faltava em momentos difíceis. O papel de animação das comunidades foi importantíssimo no começo da luta e nos momentos em que as pressões sobre as lideranças e comunidades eram tão grandes que era necessário reanimá-las.

Nem sempre as parcerias foram isentas de estremecimentos, de distintas naturezas. Porém, aprendeu-se a contornar os problemas e entendeu-se que cada qual pôs seus dons e capacidades a serviço da luta pela RESEX Ituxi.

Lições aos poderosos

Derrota

É inegável que a decretação das RESEXs de Lábrea representou uma derrota de grupos políticos e econômicos tradicionais do município. Estes perderam castanhais que exploravam há décadas baseados num "direito" que passava de pai para filho.

A relação com patrões mudou, porque os ribeirinhos sentem-se libertos de seu poder.

Os grileiros e sua rica atividade de venda de terras públicas são agora alvo de denúncias e estão na mira do inevitável processo de regularização fundiária da reserva.

Serradores e madeireiros perderam, porque a RESEX significou maior presença do governo na região, logo, maior fiscalização sobre a retirada ilegal de madeira. Além disso, a organização tornou as comunidades parceiras ativas no monitoramento das atividades predatórias.

A elite política local, apesar de uma ampla aliança formada, independentemente de partidos ou ideologias, viu sua clientela política tradicional mudar de posição.

Tudo isso foi uma verdadeira lição de dignidade. Como dizia dona Raimunda, "só quem viveu como escravo sabe o que é a liberdade". Os moradores do Ituxi, sem exceção, experimentaram uma dura e humilhante relação de servidão pela dívida, em que eram subjugados pela obrigação de pagamento de renda ao patrão e pela imposição de venderem seus produtos ao regatão.
A fundação da APADRIT e a criação da RESEX permitiram às comunidades serem donas de suas próprias vidas e terem consciência da riqueza existente na floresta. Aumentaram sua renda, gerindo a produção e a comercialização dos produtos agroextrativistas, numa relação direta com o mercado, que nem sempre é fácil para os ribeirinhos.

A lição de dignidade se estende também em relação aos grileiros, pois o medo silencioso virou enfrentamento aberto, com denúncias e resistência aos expedientes violentos usados contra as populações tradicionais do Ituxi.

Porém, a trajetória de luta mostrou que os poderosos também são persistentes.
O sistema secular de dominação dos ribeirinhos só começou a desabar, e é sabido que as lideranças do Ituxi não são perdoadas por seus antigos senhores, o que explica o clima de hostilidade ainda vigente.

A vitória política das comunidades, no caso, o decreto da RESEX, não significou o desmonte dos esquemas políticos tradicionais, mas sim que as forças políticas se alteraram – agora não são somente os poderosos de Lábrea que falam, que são respeitados e que têm força.

Sabe-se, por exemplo, que um remanescente desses "donos" de castanhais ainda atua na área, apesar da RESEX estar decretada. Sabe-se também que ainda há grileiros atuando no Ituxi. Depois de decretada a reserva, houve certa calmaria, mas não demorou muito para a ocupação ilegal das terras voltar a acontecer. Agentes da grilagem recomeçaram a instalar placas e a demarcar terras na área da reserva, trazendo insegurança aos moradores. Essa presença é perigosa, porque eles já se mostraram capazes de contratar pistoleiros e pedir a morte de lideranças, como o Pastor Antônio, por exemplo.

© Diego Lemos

Lições aos governos

Encarar os ribeirinhos como cidadãos

A experiência das RESEXs Ituxi e Médio Purus demonstrou que o Governo Federal, na figura do CNPT/Ibama, não é "o" ator responsável, mas "um" ator entre os demais. Os movimentos sociais conquistaram o direito ao diálogo, porque se organizaram para exigir interação da parte do Governo Federal. Ainda que teimosos em não dialogar, a construção de uma relação de confiança com os ribeirinhos fez o Governo Federal ouvir as comunidades, entender porque reclamam, ter paciência e, assim, aprender com elas.

O Governo Federal não pode só ser fiscalizador ou repressor policial. Os agentes do Ibama/ICMBio não podem ser burocratas de escritório, "no ar condicionado", autoritários e distantes das comunidades. Muito menos devem tratar os ribeirinhos como coitados, mas como cidadãos conscientes e politicamente ativos.

Mais políticas públicas

Anos atrás, a única escola existente no Ituxi começou com o Pastor Antônio na Vila Vitória. Hoje existem seis escolas. Também há agentes comunitários de saúde. Agora, as políticas do Incra começaram a chegar às comunidades, como os créditos de fomento e habitação. Essa descoberta tem trazido conquistas não somente para o Ituxi como para Lábrea como um todo, já que os benefícios que chegam à reserva movimentam a economia de todo o município. Ou seja, a RESEX revelou-se um eficaz instrumento para a aplicação de mais políticas públicas.

Contudo, a disponibilidade e efetividade das políticas públicas ainda precisa melhorar bastante. Ainda não existem escolas suficientes na região do Ituxi, e elas são necessárias para que os filhos dos ribeirinhos não saiam da RESEX. Não há ensino médio. Há escolas onde professores não foram alocados para dar aulas ou são insuficientes para a quantidade de crianças.

A saúde ainda é um grande problema, porque há insuficiência de agentes comunitários de saúde e os existentes estão desaparelhados. Não contam, por exemplo, com microscópio e condições adequadas para fazer a coleta de sangue e outras medidas de combate à malária. A distância do Ituxi para Lábrea é grande, e quando alguém passa mal ou precisa de atendimento de emergência, tem-se um problema sério.

Quanto à produção e comercialização, a chegada dos créditos do Incra foi importante, porém há demandas por outras políticas públicas de apoio.

Consolidação da RESEX

O Governo Federal deveria ter mobilizado uma "força-tarefa" para Lábrea, com a intenção de tratar da regularização fundiária e dos conflitos. O governo subestimou o poder dos grupos políticos locais. Além disso, o Governo Federal, por meio do CNPT, também deveria ter feito maior esforço para envolvimento do governo municipal, mesmo que ele fosse resistente à decretação das RESEXs. Com isso, manter-se-ia aberto um canal para o convencimento por meio de um trabalho pelo coletivo.

Uma preocupação é com a gestão participativa. Ela não deve ser apenas uma recomendação burocrática. As associações e demais organizações devem ser efetivamente incorporadas no gerenciamento da RESEX. Sem elas, é impossível fazer as UCs cumprirem sua função social e ambiental, mantendo-se íntegras e livres da pressão de madeireiros e grileiros. A construção do conselho deliberativo já é uma boa sinalização dada pelo ICMBio – até agora, o Conselho deliberativo da RESEX Ituxi tem se reunido regularmente.

© Arquivo/IEB

Linha do tempo

Fundação oficial da cidade de Lábrea.	14 de maio de 1881
Chegada de grileiros	Meados de 1990
Instalação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Rio Ituxi, a primeira organização social do rio Ituxi; Antônio torna-se pastor da Assembleia de Deus do Rio Ituxi.	1995
Fundação da APADRIT; Irmão Marildo traz, pela primeira vez, a ideia da RESEX.	Setembro de 1997
Primeiro passo formal na luta pela RESEX. APADRIT envia carta, em conjunto com organizações parceiras, ao CNPT de Manaus solicitando a criação da RESEX Ituxi.	18 de setembro de 2000
Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Curequetê é proposto pelo Incra, prevendo a utilização de terras já reivindicadas pela RESEX Ituxi.	2004
O analista ambiental Leonardo Pacheco assume a coordenação regional do CNPT em Manaus.	2004
Assassinato da Irmã Dorothy Stang no Pará.	12 de fevereiro de 2005
Após longo período parado, Leonardo Pacheco solicita à presidência do Ibama a reabertura do processo da RESEX Ituxi.	Novembro de 2005
A região do entorno da rodovia BR 319 (Porto Velho–Manaus) foi decretada como Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) 319, para fins de sua reconstrução.	Janeiro de 2006
CNPT solicita ao MMA a inclusão dos territórios das RESEXs de Lábrea na ALAP-319; Começa o levantamento fundiário para a criação da RESEX Ituxi.	2006
Primeira audiência pública para discutir a criação das RESEXs Ituxi e Médio Purus em Lábrea.	22 de julho de 2006

Junho de 2007	O MMA termina o estudo relativo à proposta de criação das UCs a serem implementadas na região sul do Amazonas, o qual afirma que elas “representam uma oportunidade única de se criar um valoroso mosaico de áreas protegidas”.
Agosto de 2007	O Ibama solicita parecer do SPU acerca da proposta de criação da RESEX do Ituxi, o qual responde: “esta secretaria não apresta óbices à instituição das referidas Unidades de Conservação”; Criado o ICMbio, como um desmembramento do IBAMA.
Março de 2008	Começam as atividades do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) em Lábrea.
Abril de 2008	Acontece a mobilização “Grito da Terra Brasil”, organizado pela Contag em Brasília.
8 de maio de 2008	Governo Federal decreta a criação da RESEX do Médio Purus.
Junho de 2008	O presidente Lula assina o decreto de criação da RESEX Ituxi.
Março de 2010	Ato público em Lábrea contra o ICMBio, organizado por pequenos moveleiros, madeireiros e elite política local.
Junho de 2010	Criação do conselho deliberativo da RESEX Ituxi.
Outubro de 2010	Posse do conselho deliberativo da RESEX Ituxi.
Fevereiro de 2010	Primeira reunião do conselho deliberativo da RESEX Ituxi.

LISTA DE ENTREVISTADOS

Abraão Carvalho da Cruz (“Pedro”)
Adriana Mota Gomes
Antônio Martins dos Santos, (“Coelho”)
Antônio Monteiro Duarte (“Moço”)
Antônio Vasconcelos de Souza
Domingos Lopes
Eliel Santos de Souza
Erasmo Paixão de Oliveira (“Leitinho”)
Francisca Maia Freire (“Roxinha”)
Francisco Maia Freire (“Acuta”)
Francisco Monteiro Duarte (“Chicão”)
Francisco Peixoto (“Pracuuba”)
Graciano Pereira Bento (“Ingresso”)
Jamim Ferreira de Souza
Jerffeson Lobato Santos
João Rodrigues Dias
Joedson Quintino
Juvenal Francisco Filho (“Chiquinho”)
Leonardo Pacheco
Marcelo Messias Franco
Queops Silva de Melo
Raimunda Dias Farias (“Deusa”)
Silvério Barros Maciel
Vanderleide Ferreira de Souza

LISTA DE SIGLAS

ALAP – Área de Limitação Administrativa Provisória
APADRIT – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
Aprolabrea – Associação dos Produtores de Lábrea
Aprosam – Associação dos Produtores de Grãos do Sul do Amazonas
ASPACS – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha
ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas da Amazônia (antigo Conselho Nacional dos Seringueiros)
Coapa – Cooperativa de Agronegócios dos Produtores da Amazônia
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Fetragri – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMbio – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade
Idam – Instituto para o Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iteam – Instituto de Terras do Estado do Amazonas
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ONG – Organização não governamental
OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus
PAF – Projeto de Assentamento Florestal
Procampos – Associação dos Produtores dos Campos da Esperança
RESEX – Reserva extrativista
SDS – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STF – Supremo Tribunal Federal

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas. **Oficio à Casa Civil da Presidência da República sugerindo a realização de audiência pública para debater as UCs**. Manaus: SDS/AM, jul. 2006. (assinada pelo secretário, Virgílio Viana)

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS DO RIO ITUXI – APADRIT. **Estatuto Social**. Lábrea: APADRIT, 1997.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS DO RIO ITUXI – APADRIT. **Carta ao CNPT/IBAMA de Manaus solicitando a criação da RESEX Ituxi**. Lábrea: APADRIT, 18 set. 2000. (com o apoio da CPT, STR/ Lábrea, Colônia dos Pescadores Z-13, IDAM e Prefeitura Municipal de Lábrea)

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS DO RIO ITUXI – APADRIT. **Ofício ao Ibama solicitando que a área do rio Curequetê não seja retirada da RESEX Ituxi**. Lábrea: APADRIT, dez. 2006. (subscrito pelo CNS e CNPT)

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS DA ASSEMBLEIA DE DEUS DO RIO ITUXI – APADRIT. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Lábrea: APADRIT, dez. 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE GRÃOS DO SUL DO AMAZONAS – APROSAM et al. **Carta à Casa Civil da Presidência da República manifestando-se contra a criação de Unidades de Conservação na região do entorno da BR-319**. Porto Velho, RO: [S.n.], ago. 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO MÉDIO PURUS – ATAMP. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Lábrea: ATAMP, 2007.

BRASIL. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT/Manaus. **Memorando à presidência do Ibama solicitando a reabertura do processo das RESEXs**. Manaus: CNPT, nov. 2005. (assinada pelo coordenador regional, Leonardo Pacheco)

BRASIL. Decreto de 2 de janeiro de 2006. Estabelece limitação administrativa provisória nas áreas que especifica da região de entorno da BR-319, no Estado do Amazonas, nos termos do art. 22-A da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 jan. 2006.

BRASIL. Decreto de 5 de junho de 2008. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Ituxí, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jun. 2008.

BRASIL. Decreto de 8 de maio de 2008. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Médio Purús, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauiní e Tapauá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 maio 2008.

© Alessandra Arantes

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades@**. 2010. Disponível em: ‹http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1›. Acesso em: 16 março 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. **Levantamento fundiário para criação da RESEX Ituxi**. Manaus: Ibama/CNPT, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. **Ofício ao Ministério do Meio Ambiente sobre a questão da existência de títulos de terras na região do rio Ituxi**. Brasília: INCRA, março 2007.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Ata da Consulta Pública para discussão das propostas de criação das reservas extrativistas de Ituxi e Médio Purus**. Brasília: MMA, 22 jul. 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Estudo técnico para criação da RESEX Ituxi**. Brasília: MMA, junho 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Exposição de motivos sobre a criação da RESEX Ituxi**. Brasília: MMA, 2008. (assinada pela então ministra, Marina Silva)

BRASIL. Secretaria do Patrimônio da União – SPU. **Parecer sobre proposta de criação da RESEX Ituxi**. Brasília: SPU, ago. 2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. **Mandado de Segurança no 27.636 contra o Decreto presidencial de 5/6/2008, que criou a Reserva Extrativista Ituxi**. Impetrante: Frederico Nicolau Sheffer. Impetrado: Presidente da República. Brasília: STF, 2008.

CARTA à Casa Civil da Presidência da República argumentando contra a criação da UC Ituxi. Brasília: [S.n.], 2006. (protocolada por escritório de advocacia de Brasília constituído para defender os interesses da Fazenda Ituxi)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Manaus: CPT, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Carta ao Governo Federal em apoio à APADRIT para que a área do rio Curequetê não seja retirada da RESEX Ituxi**. Manaus: CPT, 2006.

CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA – CNS. **Carta ao Governo Federal em apoio à APADRIT para que a área do rio Curequetê não seja retirada da RESEX Ituxi**. Manaus: CNS, 2006.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – FETAGRI. **Carta ao Governo Federal em apoio à APADRIT para que a área do rio Curequetê não seja retirada da RESEX Ituxi**. Manaus: FETAGRI, 2006.

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO – GTA. **Carta ao Governo Federal em apoio à APADRIT para que a área do rio Curequetê não seja retirada da RESEX Ituxi**. Lábrea: GTA, 2006.

HOLIDAY, Oscar Jará. **Para sistematizar experiências**. Tradução: Maria Viviana V. Rezende. 2ª Edição revista – Brasília: MMA, 2006.

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Lábrea: Igreja Evangélica Assembleia de Deus, 2007.

LÁBREA. Prefeitura Municipal. **Ofício à Casa Civil da Presidência da República solicitando a retirada das terras do município de Lábrea da ALAP-319**. Lábrea: Prefeitura Municipal, jul. 2006. (assinada pelo prefeito, Gean Barros)

MATHEWS, Mason. Socio-economic Change in the Transition from Patron-Client to Social Movement Networks in Brazilian Amazonia (Mudanças socioeconômicas na transição de patrão-cliente às redes de movimentos sociais na Amazônia brasileira). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION – LASA, 28, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**... Pittsburgh: LASA, 2009. Disponível em: ‹http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/MathewsMason.pdf›. Acesso em: 16 março 2011.

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – MMTR. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Brasília: MMTR, 2007.

ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS – OPIMP. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Lábrea: OPIMP, 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano. Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil**. Brasília: PNUD, 2000. Disponível em: ‹http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrescente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm›. Acesso em: 16 março 2011.

PRELAZIA. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Lábrea: PRELAZIA, 2007.

SILVA, José de Arimatéia. Inventário de seringueiras nativas numa área da Amazônia Ocidental. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 110, jan./dez. 2002. Disponível em: ‹http://www.if.ufrrj.br/revista/pdf/Vol9%20110A118.pdf›. Acesso em: 16 março 2011.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORES RURAIS DE LÁBREA – STTR/Lábrea. **Carta ao Governo Federal em apoio à APADRIT para que a área do rio Curequetê não seja retirada da RESEX Ituxi**. Lábrea: STTR/Lábrea, 2006.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORES RURAIS DE LÁBREA – STTR/Lábrea. **Carta à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, na pessoa do secretário, Virgílio Vianna, solicitando a carta de anuência da SDS**. Lábrea: STTR/Lábrea, 2007.

lições apreendidas para si e para outras instituições com as quais se relaciona.

Uma mensagem que podemos decantar desse documento é: muito pouco ou quase nada sabemos sobre organização social na Amazônia, e uma maneira de aprender alguma coisa sobre isso é olhando para os desafios, dificuldades, dilemas e motivações de quem está trilhando este caminho por sua própria conta e risco.

Aqui, o esforço de sistematização é feito dentro do próprio grupo e direcionado para a sociedade em geral. Não se trata de uma leitura externa da realidade local, mas, sim, de uma reflexão sobre um processo vivo e pulsante no qual as pessoas se engajam de maneira apaixonada e digna.

A publicação é recebida como uma contribuição ímpar para todos(as) aqueles(as) que trabalham no apoio à organização social das populações da Amazônia como um requisito indispensável para a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável da região.

Memorial da luta pela Reserva Extrativista do Ituxi em Lábrea-AM

Registro da mobilização social, organização comunitária e conquista da cidadania na Amazônia

Realização

IEB Instituto Internacional de Educação do Brasil

Associação Apadrit – Preservar para viver

Apoio

USAID do Povo dos Estados Unidos

PDA

giz

kfw Entwicklungsbank

Ministério do Meio Ambiente

Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza